

A GUERRA FRIA, UMA NOVA GUERRA FRIA: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS

Alexander Zhebit¹

Resumo

O artigo tem por objetivo sistematizar debates sobre a responsabilidade das superpotências pela deflagração e pela condução da Guerra Fria, com base em leituras historiográficas, por um lado, e, por outro, analisar conceituações, referentes às causas da origem e às repercussões da Guerra Fria nos estudos de relações internacionais. No artigo põe-se em evidência a deficiência teórica e o estado inconclusivo da análise do fenômeno do “fim” da Guerra Fria na política internacional. Conclui-se que os padrões da Guerra Fria costumam se repetir e aproximar-se dos arquétipos do confronto, desencadeado pelos Estados Unidos e seus aliados contra a Rússia e a China no início do século XXI.

Palavras-chave: Guerra Fria, historiografia, doutrinas políticas, correntes teóricas

Abstract

The purpose of the article is to systematize debates about the responsibility of international actors for the outbreak and for the conduct of the Cold War on a historiographic basis, on the one side, and, on the other, to analyze concepts, referring to the causes of the origin and of the repercussions of the Cold War in international relations. The article throws the light on a theoretical deficiency and an inconclusive state of the analysis of the “end” of the Cold War’s phenomenon in the international politics. It is inferred in the conclusion that the patterns of the outbreak of the Cold War tend to be repeated and to stand similar with the archetypes of the confrontation, triggered by the United States and its allies against Russia and China at the beginning of the 21st century.

Key words: Cold War, historiography, political doctrines, theoretical currents

¹
[br](mailto:alex@cfch.ufrj.br)

Doutor, professor associado - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: alex@cfch.ufrj.br.

Introdução

O termo Guerra Fria, cunhado na História Medieval durante *La Reconquista*, entrou no vocabulário da política contemporânea depois da Segunda Guerra Mundial, em consequência da caducidade e da cessação da aliança de guerra entre a União Soviética e os aliados ocidentais, particularmente, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Foi inaugurada uma etapa pseudo-beli-gerante da política internacional, caracterizada pelas crises, tensões, hostilidades e rivalidades entre as superpotências, sem que elas pudessem recorrer à força, porque a paz entre elas foi preservada pelo medo de usar tal recurso, embora a ameaça da força estivesse sempre presente.

A Guerra Fria, a quintessência do confronto Leste-Oeste, dominou a política interna-cional, militarizando as relações internacionais, retardando o desenvolvimento econômico e social mundial, interrompendo ou restringindo relações diplomáticas, políticas, culturais e hu-manas entre países com regimes sociais diferentes, provocando conflitos armados no Terceiro Mundo, que causaram sofrimentos humanos de grandes proporções tanto nos países alinhados aos blocos rivais, quanto nos países não alinhados.

A Guerra Fria, após seu “fim” no final dos anos 80– início dos 90, está de volta no discurso da política internacional nos últimos anos. O tema provoca atenção acadêmica não somente pela razão da reincidência de tendências semelhantes ao confronto anterior, mas tam-bém por causa da pertinência do tema aos estudos internacionais, em geral, e aos das políticas externas das grandes potências, antigas e novas protagonistas, em particular.

Temos vivido ultimamente num clima político internacional, semelhante ao período da Guerra Fria, que vai se caracterizando pela crescente tensão nas relações Estados Unidos – Rús-sia, Estados Unidos – China, que vai se projetando para os países que gravitam a estas grandes potências. Há sinais de que nestas tensões se observam semelhanças e paralelos com o antigo confronto Leste-Oeste, que havia assolado o sistema internacional logo depois da Segunda Guerra Mundial e se prolongou por quase um meio século.

O artigo tem por objetivo revisitar o tema da Guerra Fria, a fim de pôr em evidência os variados conceitos do fenômeno e avaliar criticamente as narrativas e os discursos que acompa-nharam o início, a evolução e o “fim” desta “guerra”. Em nível teórico-metodológico, recorremos à análise historiográfica das publicações sobre a Guerra Fria em diferentes períodos de sua duração, examinando-as do ponto de vista da história conceitual (KOSELLECK: 1989), por um lado, e, por outro, empregamos a metodologia paradigmática das relações internacionais a fim de analisar a Guerra Fria através da ótica das diferentes correntes e paradigmas do pensamento teórico, ao longo da evolução deste fenômeno na política internacional.

Para aprofundar a análise da Guerra Fria, da sua natureza e de seus conceitos, foram utilizados trabalhos de historiadores da Guerra Fria e de relações internacionais, bem como al-guns documentos doutrinários e políticos, referentes ao fenômeno histórico examinado. Ponho em destaque, entre os trabalhos utilizados, a recente obra sobre a Guerra Fria do pesquisador brasileiro Sidnei J. Munhoz (2020), dedicada aos estudos historiográficos, históricos e políticos da Guerra Fria, em que a sistematização dos debates historiográficos é aprofundada e diversifi-cada, as principais correntes historiográficas são extensamente discutidas e vários acontecimen-

tos da política internacional do período em estudo são adequadamente analisados. O artigo examina os trabalhos de autores ortodoxos – George Kennan, Arthur Schlesinger, Andrei Jdánov; de historiadores revisionistas - Melvyn Leffler, Gar Alperovitz, Richard Aliano, Arnold Offner, Oliver Stone & Peter Kuznik; e de pós-revisionistas - Raymond Aron, John L. Gaddis, Richard Smoke, Philip Bobbitt, Jack F. Matlock, Anatoly Dobrynin, Aleksandr Iákovlev, Anatóli Utkin.

Alguns documentos, pertinentes ao tema, foram mencionados no artigo: *Operation Unthinkable* (1945), Longo Telegrama (1946), Doutrina Truman (1947), NSC 68 (1950), *The Federalist Papers*, Carta das Nações Unidas (1945), *National Security Strategy of the United States of America* (2017).

A abordagem das correntes e dos conceitos das relações internacionais, referentes à Guerra Fria, ficou baseada em diferentes escolas, como estudos civilizacionais: James Billington, Samuel Huntington, Nikolai Danilevsky, Fiódor Dostoievsky, Nikolai Berdiáev, Richard Kegley, Guy Mettan; teorias realistas: Edward H. Carr, G. Schwartzenberger, Hans Morgenthau; estudos behavioristas: Kenneth Waltz, Morton Kaplan, Richard Rosecrance, James Rosenau, David Singer, Bruce Russett, Kenneth Boulding, Quincy Wright, Graham Allison, Robert Jervis, Urie Bronfenbrenner, R. Keohane & J. Nye, Randall Schweller; sociologia política: Stanley Hoffman, Raymond Aron, Guillaume Devin; integracionistas: David Mitrany, Ernst Haas, Karl Deutsch, Dario Batistella; estudos da *détente*: Raymond Garthoff, Federico Romero, Arne O. Westadt, Marie-Pierre Rey; teoria construtivista: Alexander Wendt, Jim George, Vendulka Kúbalkóva; bem como estudos gerais sobre a história e teorias de relações internacionais: J. Dougherty & R. Pfaltzgraff, Kal Holsti, Fred Halliday, Richard Pipes, G. Modelsky & W. Thompson, John Mueller, Richard N. Lebow, John A. Vasquez, Ch. Kegley Jr. & G. Raymond.

Foram citadas várias publicações jornalísticas e acadêmicas, bem como declarações políticas, que têm recorrido ao termo “uma nova Guerra Fria” (Alexander Valle (2003), Edward Lucas (2009), Antonio Guterres (2019) ou têm ressuscitado o espectro do discurso de Winston Churchill em Fulton em 1946 (Mike Pompeo (2020), que equivalia à declaração da Guerra Fria à União Soviética.

O artigo começa com a introdução, que descreve sucintamente o objeto e o objetivo do estudo, o referencial teórico, a metodologia e a literatura examinada. Na primeira parte apresenta-se a descrição das principais correntes historiográficas, referentes à Guerra Fria, desde ortodoxa até pós-revisionista. Na segunda parte, a Guerra Fria é abordada a partir das correntes paradigmáticas de relações internacionais, desde o *mainstream* teórico norte-americano até escolas pós-modernas de relações internacionais. Discute-se a questão do “fim” da Guerra Fria, no âmbito de debates acadêmicos civilizacionais, positivistas e pós-positivistas, e os padrões da Guerra Fria entre 1947 e 1990, que são equiparados aos comportamentos atuais nas relações dos Estados Unidos com a Rússia e a China.

I. Debate historiográfico sobre as origens e as doutrinas da Guerra Fria

O debate historiográfico sobre as origens da Guerra Fria desenvolvia-se em torno da atribuição de responsabilidade pela deflagração da confrontação global e da apuração das causas deste conflito, tendo sido representado por três principais correntes: ortodoxa, revisionista,

pós-revisionista.

i) **Doutrinas ortodoxas ou tradicionais.** Inicialmente, as doutrinas ocidentais, alicerçadas sobre a propaganda ideológica norte-americana, rotulavam a URSS como responsável pelo desencadeamento e pela continuação desta guerra. Arthur Schlesinger traça o prenúncio do confronto, ao descrever como despachos diplomáticos sobre as negociações entre Stalin e os líderes ocidentais em 1944 refletiam o medo dos últimos de que a Europa Oriental sucumbisse ao comunismo, se a Rússia, ao avançar contra a Alemanha, ocupasse a Polônia, Checoslováquia, Hungria, Romênia (SCHLESINGER: 1967, p. 31-36). Na historiografia deste debate (MUNHOZ: 2020) destacam-se o “Longo Telegrama” (1946) e “Fontes da Conduta Soviética” (1947), de autoria de George F. Kennan, que constituem o âmago da versão ideológica da Guerra Fria, formulada como a doutrina de contenção de comunismo. Segundo Kennan, o comportamento das duas superpotências é explicado pelos motivos civilizacionais e ideológicos. Por um lado, há uma civilização ocidental, construída com base em ideias de liberalismo e de democracia, por outro, uma outra com tradições ao mesmo tempo autoritárias e comunitárias, transformadas pela revolução comunista. A Guerra Fria é um confronto global dos dois sistemas político-ideológicos. A ideologia marxista-leninista veio para ficar e seria esta visão do mundo, mais o profundo sentimento de insegurança, que incentivou o expansionismo soviético. Como um confronto aberto poderia acontecer, porque a URSS não recuaria diante de uma força superior, os Estados Unidos deveriam garantir a sua segurança contendo a União Soviética (KENNAN: 1946). A doutrina com este nome adquiriu seu conteúdo e começou a tomar forma em 1946, desde quando Winston Churchill fez o seu apelo à Guerra Fria em Fulton (Mo.) e George Kennan despachou o seu famoso “Longo Telegrama”.

As modificações doutrinárias, enunciadas e exercitadas pelos presidentes americanos Truman, Eisenhower, Johnson, Nixon (contenção da expansão comunista, retaliação maciça, destruição mútua assegurada, dissuasão flexível, dominó), baseadas no “equilíbrio de terror” e na “paz pelo medo” (ARON: 2002, p.593, p. 770), replicaram-se durante um quarto do século depois do início da Guerra Fria. Agindo com base em princípio “universalista”, os Estados Unidos declaravam sua estratégia global em oposição à política da formação das “esferas de influência”, que atribuíam aos soviéticos (SCHLESINGER: 1967, p. 29). Ao serem, inicialmente, únicos a possuir a superarma nuclear e ao terem a sua economia expandindo durante e após a guerra, os EUA optaram por uma política imperialista, projetando a sua hegemonia para outras regiões do mundo, disfarçando o incremento de sua influência em áreas estrategicamente sobressalientes, com recursos naturais e com mercados atraentes, usando a narrativa da resistência do “mundo livre” à “expansão comunista” soviética. Eram unânimes em que a União Soviética, em decorrência de sua ideologia e da presença militar na Europa, estaria empenhada no fomento do comunismo no mundo e responsável pela deflagração da Guerra Fria.

Por outro lado, a doutrina de Andrei Zhdanov (1947), os documentos soviéticos e do Kominform da época, rotulados pelos estudiosos de “ortodoxia soviética”, interpretam-se como resposta ideológica soviética aos Estados Unidos, que desenhava a cena internacional como dividida por duas maiores tendências opostas na política internacional, que emanavam dos dois campos políticos. Um, “imperialista e antidemocrático”, constituído pelos Estados Unidos, em aliança com a Grã-Bretanha e a França, com metrópoles coloniais e com países política e eco-

nomicamente dependentes dos Estados Unidos e do Ocidente, e o outro, “anti-imperialista e democrático”, constituído pelos países de ideologia antifascista, dos países da “nova democracia”, por outros países e forças, simpatizantes com o “desenvolvimento democrático” e a “libertação nacional”, sob a liderança soviética (ZHDANOV: 1948).

A doutrina soviética, com seus adendos, como a “coexistência pacífica entre os dois sistemas”, durante o “degelo” pós-stalinista de Nikita Krushev, ou como o “internacionalismo socialista”, no período de Leonid Brezhnev, sempre contemplavam o enfrentamento entre os dois sistemas sociais opostos, em virtude da extensão da luta de classes para acena internacional, conforme a então vigente doutrina marxista-leninista.

ii) **Doutrinas revisionistas.** A escola revisionista da Guerra Fria surgiu no limiar dos anos 50 - 60, quando a corrida armamentista nuclear e espacial entre os dois blocos chegou ao patamar globalmente perigoso e quando os Estados Unidos se envolveram na Guerra do Vietnã. Ela constituiu-se em trabalhos de acadêmicos norte-americanos e europeus, críticos da implementação agressiva das doutrinas Truman e Eisenhower. Eles argumentavam que a estratégia soviética na confrontação Leste-Oeste era meramente reativa, pois a União Soviética, devastada na Segunda Guerra Mundial, visava a reconstrução do país e buscava segurança contra novas agressões do Ocidente, historicamente sempre a partir da direção mais vulnerável para a Rússia – o Oeste.

A aliança das nações, que se formou em 1941-1944 contra a Alemanha e os países do Eixo, alcançou em 1945 a sua finalidade de vencer a Alemanha nazista, os países do Eixo e seus aliados, que ameaçaram a existência da Grã-Bretanha, da União Soviética, dos Estados Unidos e de seus aliados. Enquanto os tratados de assistência mútua na Segunda Guerra Mundial, concluídos pela União Soviética com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a França, vinham se caducando, demonstrando o caráter provisório da aliança anti-Eixo, os Estados Unidos fundaram em 1949 a Organização do Tratado do Atlântico do Norte, bloco político-militar de segurança coletiva, baseado, de facto, nas doutrinas de contenção e de Truman, dirigidas agressivamente contra a URSS e seus aliados da Europa Oriental.

Segundo revisionistas, a URSS não representava ameaça iminente às zonas ocupadas pelos aliados na Europa Ocidental e cooperava com eles na Alemanha e no centro-sul da Europa, cumprindo as decisões das Conferências da Guerra e dos demais acordos entre os Aliados. Entre estes, há de assinalar o acordo de outubro de 1944, alcançado por W. Churchill em Moscou, cujo propósito da divisão das esferas de influência entre os Aliados e a União Soviética na Europa Oriental e do Sul recebeu o aval de Stalin. Os intuítos do líder soviético visavam evitar uma situação parecida com o pré-Guerra, quando havia sido formado um cordão sanitário dos países hostis à União Soviética nas suas fronteiras ocidentais, e formar na vizinhança do país governos amigáveis ao regime soviético (CAMBRIDGE HISTORY: 92). Para garantir isto, a União Soviética ensinava evitar o retorno ao poder dos partidos que haviam colaborado com a Alemanha e o Eixo e não admitiria que as populações dos países da Europa Oriental, libertados do jugo do nazismo e do fascismo, fossem governadas por estes partidos. Deste ponto de vista, a Declaração sobre a Europa Libertada, adotada na Conferência de Yalta, teve uma interpretação divergente da do Ocidente. Segundo Raymond Aron, “A União Soviética não precisava absolutamente de conquistar novos territórios para melhorar condições de vida de seu povo” (ARON:

2002, p. 365). Porém, era ansiosa pela sua segurança.

Os Acordos de Paris, que validaram o ingresso da República Federal da Alemanha na OTAN em 1955, resultaram na revogação pela URSS dos tratados de assistência mútua durante a Guerra, porque a aliança soviético-ocidental foi atropelada pela admissão alemã na OTAN, ferindo deste modo o princípio da neutralidade da Alemanha Ocidental. Porém, a resposta soviética foi, por um lado, simétrica: a formação, em 1955, da Organização do Tratado de Varsóvia, uma aliança militar dos sete países socialistas da Europa Oriental com a URSS, criada em oposição à OTAN, e a conclusão do Tratado com a República Democrática Alemã, legitimando a presença de suas tropas soviéticas no seu território, e, por outro lado, assimétrica: o estabelecimento no mesmo ano, das relações diplomáticas com a República Federal da Alemanha, em sinal de boa vizinhança e de pacificação com o Ocidente.

Desconsiderando os atos de restauração pela União Soviética do equilíbrio militar na Europa e de sinalização de *rapprochement* durante a primeira *détente* pos-stalinista (1953-1955), os Estados Unidos empreenderam a estratégia de “blocomania”, com o fim de formar um anel de alianças político-militares em diferentes regiões do mundo, sob o pretexto de enfrentar a ameaça da expansão global de comunismo, inclusive chinês desde 1949. Foi implementado um cerco global da União Soviética, começado pela OTAN (1949), ANZUS (1951), SEATO (1954), CENTO (Pacto de Bagdá)(1955) e completado com a instalação em 1958 do sistema NORAD², um comando aeroespacial americano-canadense das forças nucleares na América do Norte.

George F. Kennan, com suas observações mais nuançadas e empáticas posteriores, faz referência às publicações dos autores revisionistas Gar Alperovitz, Walter Carl Clemens, David Horowitz, Gabroel Kolko e Carl Oglesby, que tendiam a atribuir ao governo do Estados Unidos a culpa pelas tensões e pelos atropelos que marcaram relações soviético-americanas no período pós-Guerra, e anota que, em seus relatórios no posto de embaixador dos Estados Unidos em Moscou em 1952, avisava o governo americano que:

Os dirigentes soviéticos eram “naturalmente sensíveis ao fato de serem rodeados por um anel de bases aéreas claramente agrupadas com vistas à penetração do seu próprio território”. (...) Não é para nós supor que não há limites à paciência soviética diante do cerco por bases americanas. Quaisquer que sejam considerações políticas, nenhum país grande, pacífico ou agressivo, racional ou irracional, poderia ficar de braços cruzados e contemplar com indiferença o cerco paulatino de suas próprias fronteiras com as instalações militares de uma grande potência competidora³ (KENNAN: 1973, p. 141, tradução livre).

Há autores revisionistas recentes que são assertivos ao afirmar que a Guerra Fria foi desenhada e desencadeada pelos Estados Unidos. Oliver Stone e Peter Kuznik traçam-na a partir das duas concepções divergentes sobre o papel dos Estados Unidos no mundo pós-Segunda Guerra Mundial: o “Século Americano” de Henry Luce, magnata da mídia norte-americana, e o “Século de Homem Comum” de Henry Wallace, ex-Vice de F. D. Roosevelt (STONE & KUZNIK, p. 269). O conceito de Wallace, que defendia relações pacíficas e equitativas com a

2 NORAD - North American Aerospace Defense Command.

3 The Soviet leaders were “quite naturally sensitive about being surrounded by a ring of air bases plainly grouped with a view to penetration of their own territory”. ... It is not for us to assume that there are no limits to Soviet patience in the face of encirclement by American bases. Quite side from political considerations, no great country, peaceful or aggressive, rational or irrational, could sit by and witness with indifference the progressive studding of its own frontiers with the military installations of a great-power competitor.

União Soviética, ficou derrotado sob a pressão do militarismo e do anticomunismo pós-Segunda Guerra Mundial, enquanto o do “Século Americano” inspirou a doutrina Truman, atizada pela Grã-Bretanha. Os autores citam o relatório do conselheiro Clark Clifford e de seu assistente George Elcy na Casa Branca, que apresentou a Truman, segundo Melvyn Leffler, uma imagem falsa das potencialidades soviéticas, securitizando os desenhos soviéticos, direcionados a enfraquecer os Estados Unidos, abalar seu prestígio e governar o mundo mediante partidos comunistas (Ibidem, p. 298). A solução de pôr termo à “expansão soviética” seria a de adotar a linguagem de força militar recorrendo à ameaça de “uma guerra atômica e biológica” (p. 299). Em 1947 isto foi fácil, porque os Estados Unidos detinham o monopólio atômico militar.

Um debate insipiente entre as correntes tradicional e revisionista nos anos 60 colocou em bojo da discussão a hipótese de reavaliar o quadro da Guerra Fria por causa da decepção com ela e com a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, dando início a um novo padrão de políticas que aliviariam o fardo do confronto. Um dos caminhos em direção a este objetivo teria sido, segundo Walter Lippmann, a proposta da neutralização da Europa do Leste. Obviamente ela nunca teria sido aceita pela União Soviética, sendo um poder dominante na Europa, uma “Meca autoproclamada”, conforme tradicionalistas (ALIANO: 1978, p. 317-318, 320, 322).

iii) **Doutrinas pós-revisionistas.** A escola revisionista foi seguida pela escola pós-revisionista, influenciada pelas transformações, ocasionadas devido aos processos de descolonização, *détente*, formação de novos centros de poder econômico no sistema capitalista ocidental. No Ocidente, Raymond Aron, John Lewis Gaddis, Philip Bobbitt são alguns que procuraram equilibrar a responsabilidade pela Guerra Fria entre as duas superpotências. Raymond Aron, pós-revisionista do período inicial da Guerra Fria, define-a, na sua primeira fase (1947-1962), como “*guerre improbable, paix impossible*”⁴ (ARON, 1948), porque o relacionamento entre as duas superpotências seria determinado pela “paz de terror” (ARON, 2002, p. 233), que é uma paz frágil, cujo rompimento conduziria à aniquilação mútua destas e dos seus aliados.

Ao estudar os sistemas internacionais, notamos a extensão universal e a estrutura bipolar do campo diplomático, com a formação de blocos em torno das duas potências nucleares. A dialética da paz e da guerra conduziu à guerra fria de hoje: uma combinação permanente de dissuasão, persuasão e subversão (Ibidem, p. 469).

Uma razão porque a Guerra Fria não enveredou pelo caminho de um conflito nuclear, chegando, porém, à beira de um, durante a Crise dos Mísseis em 1962, deduzia-se da percepção da ameaça recíproca de destruição mútua garantida. Todavia, a instaurada “paz nuclear” não foi um fator independente que influía isoladamente, dentro de um vácuo político internacional, sobre a pacificação das relações da Guerra Fria, mas ela se inseria no contexto rígido de uma ordem bipolar do sistema internacional, mantida pelo regime de estabilidade hegemônica das duas superpotências (GADDIS, 1992, p. 171-178).

Os pós-revisionistas ocidentais representavam a Guerra Fria como consequência das três causas geopolíticas – a divisão da Europa, a corrida armamentista, a rivalidade pelo destino do Terceiro Mundo (ARON: 2002, p. 692), relegando o fator do confronto ideológico para o segundo plano.

A dissuasão nuclear na Guerra Fria permitiu, durante um período longo, prevenir a

4 Guerra improvável, paz impossível (tradução nossa).

eclosão de uma terceira guerra mundial, porém, atçou a competição das superpotências no Terceiro Mundo, causando ou ampliando conflitos que poderiam ter sido evitados ou solucionados com uma maior celeridade (SMOKE: 1993, p. 659).

Quatro parâmetros recíprocos: competição nuclear, volume gigantesco de forças convencionais na Europa, prevenção de conflitos na Frente Central na Europa e uma avidez por entrar em choque no Terceiro Mundo - constituem a breve história da Guerra Fria, segundo pós-revisionistas (BOBBITT: 2003).

As reformas democráticas dos anos 80 – início dos 90 na União Soviética que acabaram provocando a extinção do bloco soviético da Guerra Fria e a desintegração do país, trouxeram à tona estudos pós-revisionistas na Rússia. Neles se preconizava o compartilhamento da responsabilidade pelo conflito entre os dois blocos – soviético e ocidental, sobretudo, porque a escola pós-revisionista cresceu à custa de acadêmicos soviéticos e pós-soviéticos, que adotaram posturas críticas com a relação à responsabilidade da União Soviética na Guerra Fria. Alguns deles, como Valentin Falin, criticaram Mikhail Gorbachev pela finalização desequilibrada da Guerra Fria, com base no “novo pensamento” (Apud MIKHAIL GORBACHEV: 2006, p. 399). Outros como ex-embaixador soviético em Washington Anatoly Dobrynin, assinalando que a Guerra Fria era influenciada pelas concepções erradas de ambos os países quanto à eventualidade de uma guerra nuclear (p. 468), reconheciam: “A Guerra Fria foi uma perversão temporária, baseada na ideologia e não em interesses nacionais essenciais, e agora devemos nos livrar da mentalidade da Guerra Fria”⁵ (DOBRYNIN: 1995, P. 639). Terceiros, como Aleksandr Iákovlev, traçando a origem da política da Guerra Fria ao pecado original da revolução bolchevique em 1917, baseavam suas avaliações do fenômeno na responsabilidade moral e política em pé de igualdade com os Estados Unidos, ou mesmo colocando a maior parte da culpa pela condução da Guerra Fria, pela corrida armamentista, pelo comportamento político “espelhado” dos dois lados do confronto, sobre a União Soviética (IAKOVLEV: 2003, p. 230-244). Assim, a Guerra Fria vinha sendo posicionada no âmbito da evolução histórica da Cristandade, “numa edição contemporânea de uma verdadeira cruzada”, em que se chocaram duas extremidades - liberalismo norte-americano e comunismo soviético (Ibidem, 247).

Anatóli Utkin (2005), ao se perguntar se a União Soviética, sua ideologia e seu sistema político foram causas da eclosão da Guerra Fria, analisa a historiografia e documentos estadunidenses e chega à conclusão de que os Estados Unidos construíam os propósitos de uma nova ordem pós-Segunda Guerra Mundial em termos bem divergentes dos da União Soviética. Para os norte-americanos, a Europa enfraqueceu-se depois da Segunda Guerra Mundial e “o centro mundial deslocou-se para o outro lado do Atlântico”. Os Estados Unidos deveriam preencher economicamente “o vácuo da destruição da Alemanha, do Japão e de seus satélites antigos”, transformando o Atlântico e o Pacífico em “lagos americanos”. A “grata Rússia”, ao se ter usufruído das vantagens do *Lend-Lease*, aguardaria “humildemente” a assistência econômica norte-americana, “garantiria sua segurança graças à boa disposição dos Estados Unidos” e faria todas as concessões possíveis na questão alemã, nos Balcãs, na Polônia e no Extremo Oriente. Caso contrário, ela nunca receberia assistência econômica tão necessitada, perderia uma porção significativa das reparações alemãs pós-Guerra, seria privada de sua influência no Irã e

5 The Cold War was a temporary perversion, based as it was on ideology and not essential national interests, and we must now get rid of the Cold War mentality.

recusada de apoio na solução da questão dos Estreitos turcos. Enfim, a bomba atômica seria aquele trunfo indiscutível, que deixaria os Estados Unidos vencer qualquer resistência possível e solucionar qualquer litígio ou controvérsia, porque “um país tão atrasado, como a Rússia” precisaria de décadas para criar a sua arma “absoluta” e estabelecer uma balança militar (UTKIN: p. 18-19).

As percepções ocidentais de uma vitória fácil na Guerra Fria não se concretizaram e se averiguaram bem divergentes da realidade. A União Soviética consolidou-se na Europa Oriental e do Sul e firmou um tratado de ajuda mútua com os seus aliados para se contrapor à OTAN. Em vez de aguardar uma assistência ocidental, empreendeu um programa gigantesco de reconstrução da economia nacional, visando “alcançar e ultrapassar” os Estados Unidos. Contrariamente às “expectativas” norte-americanas, não cedeu às pressões nas questões alemã e polonesa nem empreendeu enfrentamentos militares com o Irã e a Turquia. Em 1949 foi testada a primeira bomba atômica soviética, o que quebrou o monopólio nuclear dos Estados Unidos da América.

Assim continuou a Longa Guerra (BOBBITT, 2003), entre o Ocidente e a Rússia, da qual a Guerra Fria apenas era uma parte.

II. O debate sobre a Guerra Fria no âmbito das teorias de relações internacionais

O maior debate sobre a Guerra Fria referia-se à natureza teórica e epistemológica e às fontes deste conflito global na política internacional e nas relações internacionais em geral que se desenvolveu nas quatro principais vertentes: ideológico-civilizacional, realista, behaviorista e integracionista.

1. O primeiro conceito paradigmático atinha-se à existência de um **conflito ideológico-civilizacional**, num sentido mais amplo, entre duas visões opostas do mundo, incorporadas em dois sistemas políticos, econômicos e sociais – socialismo contra capitalismo, e em duas visões da realidade – liberdade e democracia contra coletividade e progresso. Estes binômios conceituais serviram para a construção de um modelo confrontacional político-militar global, quando as duas principais lideranças mundiais estavam saindo da Segunda Guerra Mundial como superpotências. Nesta dimensão, a Guerra Fria era interpretada como fruto da continuidade de um choque ideológico-civilizacional entre as duas matrizes de mentalidades, que se sedimentaram nas partes ocidental e oriental da Europa e que se chocaram numa cruzada da Guerra Fria.

A divergência ideológico-cultural é assinalada pela cisão cultural e religiosa, tanto entre a Rússia e o Ocidente, que autores ocidentais referenciam nos trabalhos históricos sobre a Rússia tanto czarista como comunista, recuando, na análise do conflito civilizacional entre o Ocidente e o Oriente, ao Grande Cisma do Oriente e do Ocidente em 1054 e posterior a ele. James Billington (1970: p. 79) escreve: “... houve uma ruptura cultural e política decisiva entre a Europa Latina e os Eslavos Orientais Ortodoxos nos séculos XIII e XIV”⁶. Guy Mettan anota, na análise da ruptura entre as igrejas católica e ortodoxa, a rejeição pelo Grão-Ducado de Moscou da proposta da União de Florença de 1439, referente à união das duas igrejas (METTAN: 2016 p. 171). A separação ampliou-se ainda mais, devido à colisão entre a igreja ortodoxa

6 “... there was a decisive cultural and political break between Latin Europe and the Orthodox Eastern Slavs in the thirteenth and fourteenth centuries.

rusa, do Patriarcado de Moscou, e a igreja “uniata”, que foi causada pela união religiosa de Brest de 1596, dissociando eslavos da Lituânia, da Pequena Rússia⁷ e da Rússia Branca⁸, que habitavam territórios sob o domínio da Rzeczpospolita⁹, da autoridade da igreja de Moscou, e transferindo-os para a autoridade do Vaticano (Ibidem, p. 104).

Autores eslavófilos, como Nikolai Danilevsky (2004, p. 52), escrevem sobre como a Rússia é contemplada pelos europeus no século XIX:

Assim, com a nossa concessão de que a Rússia é senão uma Europa nascida, então adotada, chegamos à conclusão de que ela não é apenas um gigantesco pleonasma histórico supérfluo, mas também um obstáculo positivo e muito difícil de superar ao desenvolvimento e à difusão de um verdadeiro ser humano universal, ou seja, a civilização europeia ou germano-românica. Esta visão, de fato, é defendida pela Europa em relação à Rússia¹⁰ (tradução livre).

Uma caracterização do papel universalista da Rússia é proporcionada por Fiódor Dostoievsky (2014):

O povo, sem dúvida, desenvolveu e fortaleceu tal noção de que toda a Rússia vive apenas para isso, para servir a Cristo e proteger toda a Ortodoxia universal dos infiéis¹¹ (p. 171).

Ao mesmo tempo esta visão cosmopolita do povo russo seria contrabalançada pela atitude do Ocidente, no caso pela Europa ocidental:

Estou convencido de que o infortúnio mais terrível teria atingido a Rússia se tivéssemos vencido, por exemplo, a campanha da Crimeia¹² e, então, tivéssemos sobrepujado os aliados! Vendo que somos tão fortes, todos na Europa teriam se rebelado contra nós imediatamente, com ódio fanático. Se tivessem sido derrotados, eles teriam assinado, é claro, uma paz desfavorável para eles, mas nenhuma paz nunca os contentaria. Eles começariam imediatamente a se preparar para uma nova guerra, que tivesse o objetivo de exterminar a Rússia e, o que é mais importante, o mundo inteiro os apoiaria¹³ (p. 187) (tradução livre).

Para entender melhor a continuidade entre a cisão histórica civilizacional-religiosa entre o Ocidente e a Rússia e a conflito ideológico entre o liberalismo e comunismo, o filósofo russo Nikolai Berdiaev (1990), ao descrever a natureza do comunismo na Rússia, explica: “É difícil entender o comunismo russo, devido ao seu caráter dual. Por um lado, é um fenômeno mundial e internacional, por outro, é um fenômeno russo e nacional. É especialmente importante para as pessoas do Ocidente compreender as raízes nacionais do comunismo russo, que é

7 Antigo nome da Ucrânia (Maloróssia)..

8 Antigo nome da Bielo-Rússia (Bêlaia Rus).

9 Rzeczpospolita – união do Reino da Polônia e de Grão-Ducado da Lituânia (1569-1795).

10 Итак, при нашей уступке, что Россия если не прирожденная, то усыновленная Европа, мы приходим к тому заключению, что она - не только гигантски лишней, громадный исторический плеоназм, но даже положительное, весьма трудно преодолимое препятствие к развитию и распространению настоящей общечеловеческой, т. е. европейской, или германо-романской, цивилизации. Этого взгляда, собственно, и держится Европа относительно России.

11 В народе бесспорно сложилось и укрепилось такое понятие, что вся Россия для того только и живёт, чтобы служить Христу и оберегать от неверных всё вселенское православие.

12 Guerra da Crimeia (1853-1856)

13 Я убеждён, что самая страшная беда сразила бы Россию, если б мы победили, например, в Крымскую кампанию и воодше одержали бы тогда верх над союзниками! Увидав, что мы так сильны, все в Европе восстали бы на нас тогда тот час же, с фанатичной ненавистью. Они подписали бы, конечно, невыгодный для себя мир, если б были побеждены, но никогда никакой мир не мог бы состояться на самом деле. Они тотчас же бы стали готовиться к новой войне, имеющей целью уже истребление России, и, главное, за них стал бы весь свет.

determinado pela história russa”¹⁴ (tradução livre).

Entre as curiosidades deste enfrentamento civilizacional na política externa norte-americana, o autor revisionista Arnold Offner anota que Truman, no final dos anos 40 – início dos 50, em algumas ocasiões, em que estratégias da Guerra Fria estavam sendo discutidas, referia-se ao “Testamento do Pedro, o Grande” da Rússia, uma falsificação histórica ocidental, que caracterizaria o legado imperialista na política de Stalin (Apud KUZNIK, p. 299, ref. 68) e, conseqüentemente, justificaria o direcionamento “agressivamente intransigente” da política externa estadunidense.

Este conceito cultural-civilizacional na época contemporânea expressa-se e atem-se à Revolução Russa de 1917, com as circunstâncias da intervenção militar norte-americana contra o governo bolchevique no Norte e no Extremo Oriente do país, entre 1919 e 1922, durante a guerra civil na Rússia. O estabelecimento das relações diplomáticas soviético-estadunidenses, em 1933, não acarretou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, em 1939, e do lado da União Soviética, em junho de 1941, até que acontecesse o ataque do Japão em Pearl Harbor em dezembro do mesmo ano. Quando em 1945 a Alemanha, o Japão e outros países do Eixo foram derrotados, em grande parte devido à contribuição decisiva da União Soviética para a vitória sobre o fascismo, a ordem internacional, estabelecida com base nas decisões das Conferências dos Aliados em Teerã, Bretton-Woods, Yalta e Potsdam, começou a ser questionada pelos Aliados ocidentais. A superpotência emergente – os Estados Unidos – retrocedeu na política internacional para a conduta hegemônica, ao proclamar uma doutrina da contenção da expansão comunista soviética. A superpotência comunista – a União Soviética – declarou, por seu lado, uma “contenção” do campo imperialista por intermédio da luta das forças democráticas e antifascistas contra o imperialismo e fascismo, recorrendo aos partidos comunistas e movimentos de libertação nacional, no âmbito da teoria marxista-leninista sobre a luta de classes na arena internacional.

2. O segundo paradigma - **realismo**, tanto o conceito filosófico, quanto o pensamento positivista sobre a política internacional, devia a sua origem às tradições clássicas da política internacional e às lições da Segunda Guerra Mundial, por um lado, e, por outro, ao comportamento diplomático e estratégico das potências na primeira fase da Guerra Fria (HOSLTI: 1998, pp. 41, 45). Realismo partia dos pressupostos, segundo os quais as duas maiores potências vencedoras sobre o fascismo e o nazismo na Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS, foram motivadas pelas considerações de inevitabilidade de guerra entre elas, pelas fontes de medo e de insegurança, pela defesa e alianças, nos moldes dos propósitos de Edward H. Carr, Georg Schwartzberger e, sobretudo, de Hans Morgenthau, cuja obra clássica sobre realismo político “A política entre as nações” veio à luz em 1948, no início da Guerra Fria, e exerceu uma influência importante sobre decisões político-militares doutrinárias nos Estados Unidos.

A corrida armamentista, o dilema de segurança, o jogo de soma zero, crises políticas, diplomáticas e militares foram elementos do ambiente internacional que se encaixavam perfeitamente no padrão de condução de uma guerra, se bem que travada num espaço “mitológico”. Conforme H. Morgenthau (2003):

14 Русский коммунизм трудно понять вследствие двойного его характера. С одной стороны он есть явление мировое и интернациональное, с другой стороны — явление русское и национальное. Особенно важно для западных людей понять национальные корни русского коммунизма, его детерминированность русской историей.

Os efeitos desvirtuadores do receio mútuo se mostram particularmente acentuados quando as políticas externas antagônicas são sobrepostas por ideologias de âmbito mundial, às quais as políticas externas realmente adotadas podem ou não corresponder. Assim, a ideologia comunista da revolução mundial e da comunização do mundo produz em nações não comunistas o receio de que as políticas externas dos países comunistas estejam necessariamente a serviço de um imperialismo mundial. Como consequência, qualquer movimento que um país como a União Soviética ou a China faça no tabuleiro das políticas internacionais não é julgado por seu mérito próprio, mas em função da ideologia política. Por outro lado, como a filosofia comunista parte do princípio de que as nações capitalistas são por natureza belicosas e “imperialistas”, as declarações ocidentais de dedicação à lei e à ordem e de oposição à agressão e à subversão são interpretadas pelas nações comunistas como meros disfarces ideológicos de políticas imperialistas. Essa percepção mitológica da realidade, em cada um dos dois lados, desperta o surgimento de políticas que buscam conter o imperialismo do lado oposto, e essas políticas confirmam, nas mentes de todas as pessoas interessadas, a interpretação mitológica original. Como consequência, as grandes potências se veem enleadas em um círculo vicioso. Primeiro, o medo leva-as a interpretar a realidade em termos de uma ideologia que pode alimentar aquele receio. Em seguida, as medidas por eles adotadas para se proteger do que pode ser um perigo imaginário acabam por confirmar, no outro lado, os receios e a interpretação equivocada da realidade. E então são tomadas contramedidas contra essas medidas, contendo uma confirmação semelhante, e assim por diante. Desse modo, o receio de um lado alimenta o medo do outro, e vice-versa (p. 138-139).

Segundo Dougherty & Pfatzgraff (2003), nos estudos das relações internacionais ao longo de duas décadas, posteriores à Segunda Guerra Mundial, o poder foi reconhecido como conceito central na política de Estados, “concebido como uma combinação de influência persuasiva e capacidade coercitiva, suscetível de ser usada para fins positivos e negativos, como variável da maior importância” (p. 21).

Os reflexos realistas da política externa e militar soviética vieram a ser despertados pelos fatos da subestimação pelos Aliados ocidentais das perdas humanas milionárias, sofridas pela União Soviética na guerra, pela depreciação da sua contribuição para a vitória sobre o nazismo na querela das reparações e, sobretudo, pelo fato da libertação da Europa oriental da ocupação da Alemanha e da insistência soviética na definição de destinos destes países, inclusive a Polônia, a despeito dos desenhos dos Aliados. Porém, uma das causas iminentes, que prenunciava a Guerra Fria e que despertou alarmes dos soviéticos, estava ligada aos preparativos de agressão contra a União Soviética nos meses finais da guerra e iniciais da paz.

A Operação Inimaginável (1945) (*Operation Unthinkable*) foi o relatório do JPS (*Joint Planning Staff*¹⁵) britânico, preparado a pedido do primeiro ministro Winston Churchill, em que se examinava o cenário de uma guerra total da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos contra a União Soviética, a ter começado em 01 de julho de 1945, com o fim, primeiro, de expulsar a Rússia da Polônia e, depois, derrotá-la no território soviético. O relatório assegurou “o apoio pleno da opinião pública do Império Britânico e dos Estados Unidos” e indicou a necessidade de uma “guerra total”, da “ocupação das áreas vitais” da Rússia e da “vitória decisiva sobre suas tropas” (REPORT: 1945). O relatório foi baseado na suposição da conclusão de uma eventual aliança soviética com o Japão, embora o governo soviético tenha prometido em Yalta entrar em guerra contra o Japão do lado dos Aliados três meses depois do fim da guerra na Europa e tenha denunciado o pacto de neutralidade com o Japão em cinco de abril de 1945.

O endurecimento das posições da delegação dos Estados Unidos, liderada por Harry Truman na Conferência de Potsdam, e as ações militares norte-americanas nos meses finais da guerra no Extremo Oriente trouxeram novos elementos para que as decisões soviéticas esti-

15 A repartição do Estado-Maior do Exército no Governo de Guerra britânico (1939-1947).

vessem baseadas nas considerações ainda mais realistas. Os Estados Unidos lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945, demonstrando a superioridade estratégico-militar sobre a União Soviética. Dois meses depois foi elaborado e aprovado pelos JCS (Joint Chiefs of Staff¹⁶) dos Estados Unidos um plano operacional de atacar com bombas atômicas 20 cidades soviéticas (UTKIN: 2005, p. 171). Estes planejamentos, interceptados pela inteligência soviética, provocaram percepções de medo e de insegurança estratégica nos dirigentes soviéticos, quanto às intenções dos Aliados, armados com a superbomba. Os fatos citados e fatores mencionados foram determinantes na mudança da avaliação da política pós-Guerra dos Aliados pela União Soviética e contribuíram para a busca de restabelecimento de equilíbrio estratégico e para a maximização de poder soviético diante dos Estados Unidos.

As primeiras doutrinas militares norte americanas e soviéticas formulam a necessidade da criação de sistemas de defesa e de alianças em uma contraposição aos supostos avanços globais do imperialismo ou do comunismo. Assim, os Estados Unidos formam blocos políticos-militares ocidentais, cujas bases militares cercam a União Soviética. A URSS responde com a massificação de tropas e de armamentos na Europa Oriental e nas regiões da fronteira com os países hostis e forma uma aliança defensiva com os países da Europa Oriental. As superpotências opostas, ao controlar a fidelidade de seus aliados, recorrem à punição e à subordinação destes, na Guatemala, em Cuba, na República Dominicana, por um lado, e na Polônia, Hungria e Checoslováquia, por outro. No contexto deste paradigma, os atores rivais recorriam à luta pelo poder, em níveis globais, rivalizando uma com a outra a fim de segurar seus domínios, projetar suas hegemonias e exercer suas influências estratégicas, políticas, econômicas, à guisa das ideologias e dos discursos divergentes e antagônicos.

A análise realista das relações internacionais na primeira etapa da Guerra Fria subestimava problemas da mudança na política internacional, questões da abordagem normativa, como o direito internacional, assim como métodos científicos de pesquisa (HOLSTI: p. 39), porque na literatura especializada dos anos 40-50 governavam o partidário ideológico e a demonização mútua, que ofuscavam a investigação das fontes de ameaças estratégicas mundiais (Ibid.: p. 34). Deste modo, a política, vista através da ótica do paradigma realista, perpetuava a confrontação ideológica, política e militar entre blocos, agravando-a cada vez mais, desde as crises do Irã, da Turquia, de Berlim, da Polônia, até a guerra da Coreia e a Crise de Mísseis no Caribe.

Philip Bobbitt desenvolve a ideia de a Guerra Fria ter sido influenciada pela corrente neorrealista nos Estados Unidos, ainda quando foi aprovada NSC-68 (National Security Council Directive), que institucionalizou a doutrina de contenção e que estabeleceu estruturas políticas, econômicas e militares de sua concretização. Com a nomeação de Dean Acheson Secretário de Estado e de Paul Nitze, diretor do planejamento político, este último o autor da NSC-68, a política externa norte-americana começou a visar objetivos estruturais, avaliando intenções e capacidades dos atores, riscos e possíveis rumos de ações tomadas, estimando o papel das negociações, por um lado (NSC 68: 1950), e, por outro, envolvendo-se em esforços regionais da “blocomania”, construindo assim uma frente global contra a União Soviética. A NSC-68 propunha, como elemento central, uma tese dos *Federalist Papers*, os mais importantes documentos jurídicos de interpretação da Constituição americana. Em referência a Alexander Hamilton (The Federalist No. 28, [26 December 1787]), que afirmou que “Meios a serem empregados

16 Chefes de Estados-maiores das forças armadas estadunidenses.

devem ser proporcionais à abrangência do mal”¹⁷(Ibidem)(tradução livre), a NSC-68 partia dos propósitos do uso da força, sem que o direito internacional fosse respeitado. Continuando a citar The Federalist No. 28, “No caso de sedições e insurreições entre Estados, a ideia de governar sempre pela simples força da lei ... não é cabível. ... Caso tais emergências aconteçam em algum momento sob o governo nacional, não poderia haver outro remédio senão a força”¹⁸ (tradução livre) (Ibid.).

A evolução do paradigma realista durante a Guerra Fria refletiu-se no surgimento da corrente **neorrealista** que se transformou no *mainstream* da política externa estadunidense (VASQUEZ: 1983). Os neorrealistas viram na Guerra Fria tal estrutura das relações internacionais em que Estados pudessem ansiar pelo poder e realizar suas aspirações nacionais, sem se preocupar com a moralidade ou normas jurídicas. A identificação dos interesses vitais devia caber ao Estado decidir sozinho. Caso essa tarefa estivesse em mãos alheias, o Estado deixaria de ser soberano. Todo Estado tinha sempre o direito de agir em defesa de seus interesses vitais. Agindo unicamente de acordo com seus próprios interesses nacionais, os Estados Unidos conduziam o processo da introdução da Alemanha e do Japão à sociedade dos Estados, ignorando o direito internacional e negando a estes Estados o direito de desenvolver suas próprias estruturas de segurança, em virtude de suas soberanias. Alegando que a ordem mundial demandava tal intrusão nas políticas dos Estados derrotados, Dean Acheson acreditava que a intervenção americana não devia submeter-se a nenhuma regra jurídica internacional: “A sobrevivência do Estado não é questão de direito” (Apud BOBBITT: 2003).

Como admitem Keohane e Nye (1989), ambos, o realismo e o neorrealismo, põem a ênfase nas aspirações de Estado ao poder e à segurança e nas ameaças à sobrevivência de Estado. A diferença principal entre os dois é que o neorrealismo apenas reivindica o status de ciência (p. 247), porém, para os dois, a força militar constitui o mais importante recurso de poder na política internacional (Ibidem).

3. O realismo, baseado na maximização do poder e no discurso ideológico, começou a ser questionado pelo **behaviorismo**. A lenta e inconclusiva mudança paradigmática - de realismo a behaviorismo – deve a sua causa principal à exacerbação da corrida armamentista nuclear, que instaurou entre as superpotências uma paz nuclear pelo medo. Nos anos 50-60, as armas nucleares de destruição em massa escaparam da caixa de Pandora dos Estados Unidos e se proliferaram, junto com mísseis balísticos, alterando o cenário da rivalidade entre as superpotências, cujos objetivos recíprocos consistiam em alcançar a superioridade militar de uma sobre outra. O monopólio nuclear e aeroespacial dos Estados Unidos foi quebrado entre 1949 e 1957, quando a URSS produziu as suas bombas atômicas e termonucleares, criou a aviação estratégica e construiu mísseis balísticos intercontinentais, capazes de atingir o território dos Estados Unidos. O armamento nuclear foi acompanhado pela Grã-Bretanha e pela França, do lado ocidental, e, em 1964, pela China comunista. Tal evolução da situação estratégico-militar mundial trouxe à pauta da política internacional a necessidade de estabelecimento de um equilíbrio estratégico-militar, baseado na paridade da dissuasão nuclear entre os dois lados do

17 The means to be employed must be proportioned to the extent of the mischief.

18 seditions and insurrections among the States, the idea of governing at all times by the simple force of law ... has no place. ... Should such emergencies at any time happen under the national government, there could be no remedy but force.

confronto global da Guerra Fria.

O avanço do behaviorismo sobre o realismo começou com o surgimento e a consolidação do paradigma sistêmico-estrutural, atribuído predominantemente a K. Waltz (1979), mas precedido na sua construção por teóricos como Morton Kaplan (1957), Richard Rosecrance (1963), James Rosenau, David Singer, Bruce Russett, Kenneth Boulding, Quincy Wright e outros (Vd. INTERNATIONAL POLITICS: 1969). Conforme esta abordagem, as unidades políticas do sistema internacional estariam relacionadas, em função de sua natureza, pela distribuição de potenciais e pelas regras do ordenamento (Vd. Waltz), e desenvolveriam, conseqüentemente, mecanismos de estabilidade sistêmica.

Os conceitos, elaborados a partir da Teoria Geral de Sistemas de Ludwig von Bertalanffy por Kenneth Waltz (1979), por um lado, e, por outro, os avanços do pluralismo sociológico na área internacional (Stanley Hoffman, Raymond Aron, Guillaume Devin), a corrente, segundo o qual o poder é compartilhado por múltiplos atores e grupos de interesses, resultaram em estudos do sistema internacional, de sistemas regionais, da bipolaridade e da multipolaridade, em estudos estratégicos e de processos de tomada de decisões.

A abordagem sistêmica avançou relativamente pouco na compreensão e na análise da Guerra Fria, limitando-se à explicação de variáveis da incidência da guerra e da paz em sistema internacional e ao argumento estrutural de que a bipolaridade conduza uma maior estabilidade do que a multipolaridade. Conforme Dougherty & Pfaltzgraff, “a probabilidade de desentendimentos e do conflito é menor nas condições de bipolarismo” (p. 159). Paradoxalmente, as hipóteses de David Singer e de Melvin Small (Ibidem) não se confirmaram quanto à eclosão da Primeira Guerra Mundial, que foi deflagrada entre as duas coalizões bipolares. No entanto, a Guerra Fria não provocou tal desfecho nem por percepções dos decisores políticos nacionais, nem por motivo da existência de armas nucleares.

Em referência a John L. Gaddis, que considerou o sistema bipolar mais estável que outros, os sistemas estáveis são definidos pela capacidade de assegurar a sobrevivência de seus membros e de evitar a eclosão de uma guerra a larga escala (GADDIS: 1989, p. 218). Mas com a emergência de um mundo tripolar (Estados Unidos, União Soviética, China) duas das potências tenderiam a coligar-se contra a terceira (YALEM: 1972, p. 1055). Este mundo teria sido mais perigoso do que o mundo bipolar, se a distribuição de recursos entre os dois polos tivesse sido igual e um deles, no caso de ser um Estado revisionista, quisesse juntar seus recursos com o outro polo com o objetivo de destruir um terceiro (SCHWELLER: 1998, p.84-85).

Rosecrance sugeria a existência de um sistema alternativo que combinasse as características de bipolarismo e de multipolarismo, chamado de bimultipolarismo: “os dois maiores Estados agiriam como reguladores do conflito nas áreas externas; mas os Estados multipolares agiriam como mediadores e colocar-se-iam entre as potências bipolares em caso de conflito entre estas” (ROSECRANCE apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p.168). Esta visão explicava parcialmente o mundo da Guerra Fria, que foi bipolar nas regiões onde houve alinhamento rígido com uma das duas superpotências, mas não elucidava a mesma característica no Terceiro Mundo que foi arena da rivalidade e de guerras (Ibid., p. 171).

As teorias de polaridade e de estabilidade sistêmica tornaram-se objetos de crítica no sentido de que deveriam ser complementadas por análises empíricas e dados históricos. O principal argumento foi a omissão, nas considerações da estabilidade sistêmica, das considerações estratégicas, referentes a armas nucleares. Foi justamente o advento de armas nucleares que transformou a política internacional, devido à depreciação do papel da ameaça de força que ela desempenharia na barganha internacional (KEGLEY et al.: 2012, p. 99).

Os teóricos deste paradigma cederam na disputa em que o fator da natureza das unidades políticas, na avaliação das causas da guerra e da paz (HOLSTI, p. 20) foi considerado mais relevante do que a distribuição das capacidades e os princípios de ordenamento.

Influenciado pelo estruturalismo sistêmico, John L. Gaddis analisa o fenômeno da Guerra Fria a partir dos seguintes critérios, que cabem dentro das visões neorrealista e neoliberal das relações internacionais: a bipolaridade do poder mundial, a estabilidade hegemônica, compartilhada entre os Estados Unidos e a União Soviética, a dissuasão nuclear, como garantia de tal estabilidade, reforçada pela crescente prevalência da ordem econômica liberal sobre o sistema de economia planejada (GADDIS apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 485).

Um dos paradigmas teóricos, referentes à explicação das causas da Guerra Fria, impulsionado pelo behaviorismo, estava baseado na psicologia social, levando em consideração expressões da desconfiança e das percepções erradas dos motivos políticos no conflito entre as superpotências (Jervis (1976), Bronfenbrenner (1961)). Atores desconfiados tendiam a encarar seu comportamento como virtuoso, enquanto o dos adversários como malicioso. Portanto, a Guerra Fria, segundo Kegley et al. (2012, p.89), representou um conflito, enraizado em ansiedade recíprocas, alimentadas por *policy makers* de ambos os lados, que interpretavam erradamente as intenções dos atores rivais.

A Crise de Mísseis, um acontecimento dramático da Guerra Fria, impulsionou estudos de processo decisório e de solução de crises. A análise da crise, feita por Graham Allison, constitui um marco significativo da abordagem behaviorista das políticas dos protagonistas na Guerra Fria (ALLISON: 1972). Este terceiro paradigma passou a atribuir causas da Guerra Fria a fatores cognitivos e subjetivos de política externa e de estratégia militar, de maneira que, em vez de avaliar meramente potenciais de poder, seus fins e meios, passou-se a avaliar objetivos, valores e interesses nacionais, mediante a análise psicológica e perceptual da solução de crise, no contexto das relações diplomáticas bilaterais e multilaterais. O behaviorismo, baseado nas ferramentas científicas, como a psicologia social, a sociologia política, deixava perceber a intencionalidade dos atores internacionais, distinguir conclusões certas de erradas e tomar decisões racionais.

O paradigma acima descrito explica a mudança na conceituação da Guerra Fria que começou em 1962 e que partiu da conscientização pelos decisores da política internacional de que a vontade política não poderá mais ser imposta pela força, inclusive nuclear, esta última devido à eventualidade da retaliação maciça e da aniquilação mútua. As transformações conceituais, provenientes destas mudanças, favoreceram a solução pacífica da Crise do Mísseis, deram impulso à conclusão do Tratado de proibição de testes nucleares em três esferas (1963),

influíram na substituição gradual da doutrina *MAD* (*Mutual Assured Destruction*)¹⁹ pela dissuasão flexível, e, conseqüentemente, na conclusão do Tratado de não proliferação de armas nucleares, baseado no crescimento do potencial cooperativista negociador entre as superpotências e seus blocos respectivos.

4. O período da Guerra Fria entre 1968 e 1990 caracteriza-se pela evolução do pensamento **integracionista**, desenvolvido na Europa em contraposição ao *mainstream* norte-americano. Ele emanou dos países, espremidos pela rivalidade entre as superpotências e desejosos de maior independência delas, com o fim de desenvolvimento econômico, livre de militarização e de conflituosidade. Autores como David Mitrany, Ernst Haas, Karl Deutsch desenvolveram teses teóricas que se confrontaram com conceitos realistas, neorealistas e behavioristas. Os trabalhos de David Mitrany, pioneiro na elaboração da teoria funcionalista, influenciada por ideias da social-democracia, deram impulso à criação das instituições internacionais especializadas, sob a égide da ONU, além das instituições europeias de integração regional. A base da teoria de integração regional foi proposta por Ernst Haas, fundamentada na sua análise da Comunidade Europeia de Aço e Carvão. A maior contribuição teórica para a construção da integração veio de Karl Deutsch (DEUTSCH: 1954; 1967). Nos seus trabalhos sobre a integração, ele contestou a ideia de que a soberania nacional acarreta necessariamente um dilema de segurança para Estados. Na fundamentação do conceito de “comunidade de segurança”, ele defendeu condições sob os quais Estados podem coexistir sem cair no dilema de segurança, de maneira que a soberania poderia resultar tanto em cooperação, quanto em conflito. Ao diferenciar “comunidades de segurança” como “integradas”, “pluralistas” ou “unificadas”, em função do grau de densidade das relações multilaterais e sem que seja necessário um governo comum para todos seus membros, ele assemelhou relações intergovernamentais às relações políticas domésticas e enfatizou a influência de fluxos sociais entre Estados, como comércio, turismo, migração, comunicações sobre estas relações (BATISTELLA: 2003, pp. 570, 574). Karl Deutsch atinha-se ao construtivismo quando contemplava a existência de uma comunidade pluralista do Ocidente com a União Soviética ou quando chegou à conclusão de que à medida de que o sistema internacional se distancia do bipolarismo e se aproxima do multipolarismo, é que se podia esperar que a frequência e a intensidade de guerras diminuam (Idem., p. 583-584).

No contexto da política internacional, o integracionismo europeu desenvolvia-se mediante a aproximação e a integração franco-alemãs, por um lado, e, por outro, numa interação com a diplomacia da *détente*²⁰, iniciada em meados dos anos 60 entre atores dos blocos opostos da Guerra Fria, com a ênfase dos atores europeus. Caracterizada pela convergência de interesses dos Estados europeus dos dois lados da “cortina de ferro” emovida pelas ideias da normalização das relações Leste-Oeste, da solução da “questão alemã”, ou seja, da eliminação da divisão político-territorial da Alemanha e de Berlim, a diplomacia da *détente*, que favorecia a integração econômica e política europeia, veio a sedimentar-se no processo de Helsinque²¹.

19 Destruição mútua assegurada.

20 *Détente* (em francês) – distensão, relaxamento de tensão, desanuviamento. Em linguagem diplomática dos meados do século XX, a *détente* significou a normalização das relações interestatais entre os países dos blocos soviético e ocidental.

21 Em 01 de agosto de 1975 foi celebrada na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, a histórica Ata Final de Helsinque, que inaugurou uma nova fase das relações Leste-Oeste no âmbito da Guerra Fria, dando início ao processo da superação do conflito global, que se costuma denominar na prática diplomática como o “processo de Helsinque”.

A *détente*, um modelo de cooperação na política internacional, emergiu na contraposição à Guerra Fria, significando um distanciamento da política de confrontação e a adoção de estratégias pacíficas e negociadoras entre os dois blocos. O afastamento dos preceitos realistas da política e a evidente influência das abordagens liberais sobre a *détente* foram comprovados pela mudança nas percepções sobre a ameaça de extermínio nuclear mútuo e pela projeção da dimensão econômica, social e humanitária, renunciadas pela interdependência nas relações Leste-Oeste.

Os estudos da *détente* distinguem os dois eixos no processo de Helsinque: a *détente* das superpotências, centrada nos assuntos da segurança recíproca, e a *détente* europeia, focada na integração continental. Por um lado, a diplomacia da *détente* produziu uma gama de resultados penetrantes no controle aos armamentos nucleares, dos quais os mais impactantes foram o Tratado de não proliferação, o Tratado ABM e o Acordo provisório sobre medidas, referentes a limitação de armas estratégicas ofensivas (SALT 1), os dois últimos celebrados entre a União Soviética e os Estados Unidos, em 1972. Por outro, a execução paulatina dos objetivos da Ata Final, adotada em 1975, vinha resultando num relaxamento gradual do controle de migração, de viagens internacionais, de trocas e intercâmbios científicos e estudantis, de comércio e de comunicações. O processo de Helsinque, conduzido num clima de confronto, logrou criar uma plataforma consensual para avanços na área de incremento de confiança (1984-1985) e de redução recíproca de forças armadas e armamentos convencionais na Europa (1973 - 1989), afastando a ameaça da “segunda Guerra Fria” (1980-1984).

O processo de Helsinque adquiriu uma dinâmica própria, que fugiu da lógica da doutrina *kennaniana* de contenção e progrediu em assuntos de segurança europeia, negociados na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, por meio de conexões transversais humanas, sociais e culturais (ROMERO: 2014, p. 699-670).

A *détente*, mediante a negociação multilateral de uma alternativa pacífica de segurança pluralista comum para a Europa, de uma cooperação econômica mutuamente vantajosa e a afirmação de direitos humanos, contribuiu para o esmorecimento e, posteriormente, a rejeição das doutrinas confrontacionistas da Guerra Fria, erodindo, cada vez mais, a “cortina de ferro”. Segundo Anatoly Dobrynin,

A Ata Final de Helsinque ... desempenhou um papel significativo na concretização do longo e difícil processo de liberalização dentro da União Soviética e das nações do Leste Europeu. No final das contas, isso causou mudanças fundamentais em todos esses países que ajudaram a acabar com a Guerra Fria²² (DOBRYNIN: 1995, p. 347, tradução livre).

No entanto, uma grande falha da *détente* foi o seu eurocentrismo. O paradigma da *détente* internacional, que devia ter contemplado conflitos no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, ficou deficiente neste quesito, de maneira que os alvos principais deste paradigma foram super e grandes potências no eixo euro-atlântico e não Estados periféricos do Terceiro Mundo.

A miopia intelectual ou Eurocentrismo resultou tanto em desastres políticos como em deficiência do campo de estudos de segurança. ... O estudo teórico da política internacional durante a Guerra Fria ... ficou atolado na história europeia e relegou o resto do mundo a um status ontológico inferior ... se não à

22 The Helsinki Final Act ... played a significant role in bringing about the long and difficult process of liberalization inside the Soviet Union and the nations of Eastern Europe. This in the end caused the fundamental changes in all these countries that helped to end the Cold War.

ignorância²³ (HOLSTI: 1998, p. 27, tradução livre).

Consequentemente, a Guerra Fria, durante a *détente*, extravasou a sua belicosidade para a periferia não-europeia e não-transatlântica do conflito central do pós-Guerra, na qual a “paz nuclear” não imperava. Os conflitos armados no Terceiro Mundo, entre 1945 e 1991, provocaram a morte de cerca de 20 milhões de pessoas. As superpotências não só se chocavam indiretamente, mediante seus aliados e movimentos armados reciprocamente apoiados, na Coreia, no Vietnã, em Angola, na Etiópia, na Somália, em Nicarágua, mas recorreram às intervenções diretas – os Estados Unidos em Cuba (1961), na República Dominicana (1965), em Granada (1983) e no Panamá (1989); - a União Soviética no Afeganistão (1979). Foi por isto que alguns pesquisadores consideraram as guerras terceiro-mundistas como resultado do colapso da *détente*, entendendo, porém, que ele procedeu das ambições globais das superpotências no Terceiro Mundo (WESTAD: 1997, p. 28), sem afetar, gravemente, o processo de Helsinque *per se* no eixo central de relações internacionais.

Contudo, a situação político-militar na Europa, devido à sua centralidade no conflito Leste-Oeste, apresentava um risco muito maior à paz e à segurança internacionais, do que os conflitos periféricos. Conforme resumido em um estudo historiográfico sobre a Guerra Fria, “o fim da Guerra Fria em si é simplesmente inimaginável ... sem a solução do problema da paz e da estabilidade na Europa (ROMERO, 2014, p. 699, tradução livre).

IV. O debate sobre o fim da Guerra Fria

Este debate refere-se às causas e às interpretações do “fim da Guerra Fria” no contexto dos paradigmas e correntes da história e das teorias de relações internacionais. Evidentemente, as explicações do fim deste confronto são inseparáveis das suas origens, da sua evolução e das suas diferentes fases. Os propósitos deste debate evidenciam o surgimento de uma corrente estruturalista, em que se sobrepõem os debates historiográficos e teóricos de relações internacionais.

A proclamação do “fim da Guerra Fria” acendeu debates, por um lado, sobre a falha das teorias *mainstream* de Relações Internacionais – realismo e liberalismo com suas vertentes - de antecipar este *grande finale* do século XX (GADDIS: 1992, p.44; DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 799), e, por outro, sobre outro acontecimento incomensurável no seu impacto sobre o sistema internacional – a desintegração da superpotência soviética.

Diante do embaraço teórico neorrealista e neoliberal, referente à questão porque a URSS caiu e se desintegrou, Richard Pipes (1997) diz que a Revolução Russa e a desintegração soviética aconteceram *contrariamente* à realidade:

“O czarismo não precisava ter entrado em colapso (p. 13)... as pessoas acreditavam que o czarismo sobreviveria por muito tempo... porque era virtualmente indestrutível. Em ambos os casos - o colapso do czarismo em março de 1917 e o colapso da União Soviética em agosto de 1991 - o mundo foi pego

23 Intellectual myopia or Eurocentrism had helped to lead to both policy disasters and a deficient security studies field. ... International politics as a theoretical study during the Cold War ... was grounded in European history and relegated the rest of the world to a lower ontological status ... if not ignorance.

de surpresa (p.11) ”²⁴ .

De acordo com esta corrente explanatória, a desintegração da URSS e o fim de comunismo causaram a cessação da Guerra Fria. Citando Pipes, “Se é preciso mais uma prova, é significativo que assim que a União Soviética se dissolveu e o poder na Rússia passou para um governo democraticamente eleito, [e] que repudiou o comunismo, a Guerra Fria cessou repentinamente” (PIPES: 2002, p. 130).

Esta colocação de Pipes pode ser questionada por meio de uma anotação histórica que coloca o fim declarado da Guerra Fria no mês de dezembro de 1989, quando o fato foi reconhecido em Malta pelos presidentes americano e soviético, embora o desmonte das estruturas da Guerra Fria tenha levado anos, não fosse completado até os dias de hoje, e, inclusive, tivesse se revertido no início do século XXI. Do mesmo modo, o fim da ideologia era um processo que não acabou meramente com a proibição do partido comunista da União Soviética, mas precisou de anos de desconstrução antes e depois de 1991.

As interpretações, decorrentes do paradigma ideológico-civilizacional, e, sobretudo, daquela sua corrente que não reconhece responsabilidade de nenhum outro ator pela eclosão e pela condução da Guerra Fria, senão a da União Soviética, cuja política de expansão e de coerção ideológica e militar alegadamente originou este conflito, omitem argumentos da corrente revisionista de que os Estados Unidos haviam desafiado a União Soviética, mediante a sua política de anticomunismo e da confrontação militar global, no embate pela hegemonia no sistema internacional logo após a Segunda Guerra Mundial.

Fred Halliday (1995) define quatro tendências grandes, que o fim da Guerra Fria acarretou: alteração das relações entre grandes potências; o fim do comunismo; mudança do mapa interestatal; expansão da “democracia” (p. 41-44), supondo que o ano de 1989 findou o período que havia começado com a Revolução Francesa, na sequência da hipótese de F. Fukuyama sobre o “fim da história” (p. 41, 46).

Os estudos civilizacionais, como o de Samuel Huntington, ressaltam que os conflitos da Guerra Fria no Terceiro Mundo aconteceram ao longo das “falhas civilizacionais” identitárias, civis e étnicas e “atraíram atenção relativamente pequena e foram de vez em quando contemplados através do prisma da Guerra Fria” (HUNTINGTON: 1997, p. 255). Sem desconsiderar as argumentações civilizacionais, é de dizer que a alegação de que todo e qualquer conflito nas “falhas” entre as civilizações e etnias é étnico-civilizacional não possui sustentação teórica sólida ou o convencimento de empirismo prático. Os maiores conflitos da Guerra Fria, como as guerras da Coreia, do Vietnã, entre o Irã e o Iraque, os conflitos na Indonésia e no Camboja, as crises de Berlim e de Mísseis não tinham conotação civilizacional, enquanto muitas guerras civis em Angola, na Etiópia, na Somália e no Afeganistão foram internacionalizadas e atizadas pelas superpotências e seus aliados, conforme filiações étnico-políticas.

A busca de razões para justificar a “longa paz”, deduzindo-as dos acontecimentos momentosos de 1989-1991 na União Soviética, quando a Guerra Fria já estava por terminar, trouxe dificuldades analíticas e teóricas aos estudiosos da área, porque nenhuma mudança estrutural e

24 Tsarism need not have collapsed (p. 13)... people believed that tsarism would survive for a long time to come ... because it was virtually indestructible (p.11). In both cases – the collapse of tsarism in March 1917 and the collapse of the Soviet Union in August 1991 – the world was caught unawares (p.14).

global pacífica, semelhante a esta, havia se verificado antes, e porque nenhuma guerra momentosa havia ocorrido, como tinha acontecido nas épocas da transição de uma ordem mundial para outra. Portanto, na falta de respostas das teorias, explicações políticas e econômicas preliminares resumiam as razões do fim da Guerra Fria, atribuindo-as à exacerbação da corrida armamentista, à rebelião democrática dos povos, à exaustão econômica da União Soviética. Porém, reconhecia-se que nem a corrida armamentista, nem a ineficácia da economia soviética, nem as resistências dentro do bloco soviético tinham o potencial para surtir tais efeitos transformadores (HALLIDAY: 1995, p. 47).

Em busca das razões explanatórias e reflexivas ao debate em tela, quatro principais correntes teóricas convieram a este objetivo, segundo Fred Halliday. Primeira foi o paradigma realista, em que não se distinguia a Guerra Fria de qualquer outro “grande conflito de poder”. Segunda ressaltava a teoria crítica “internalista”, de acordo com a qual a Guerra Fria não foi uma “contestação”, mas um mecanismo de submissão das populações e dos países-clientes, pelos grupos dominantes de cada bloco oposto. A terceira corrente afirmava que foi por causa das “percepções” históricas e individuais “erradas” e exageradas pelas diferenças ideológicas, que a Guerra Fria eclodiu e evoluiu. A quarta corrente admitia a existência de um confronto “intersistêmico” entre os dois sistemas sociais rivais, em que cada um conduzia a sua política com prudência, em função da existência das armas nucleares, mas com o intuito de prevalência de um sobre outro (Ibid., p. 48).

Dialogando com Fred Halliday, considera-se pouco plausível a categorização realista da Guerra Fria como qualquer outro grande conflito na história, parecendo esta comparação inverossímil e incompleta sem que houvesse uma guerra momentosa entre as superpotências ou se desenhasse sua semelhança com uma “guerra santa”, inspirada pela cruzada do anticomunismo contra o comunismo. A hipótese “internalista”, ou seja, um simples controle de aliados e de Estados-clientes, poderia ser uma projeção pacífica da divisão do mundo em esferas hegemônicas, se não existisse uma oposição global das forças armadas, baseadas em armas nucleares, e uma confrontação militar, com o cerco e a estrangulação da União Soviética pelos blocos político-militares e bases aéreas e navais estadunidenses, espalhados pelo mundo. A comparação da Guerra Fria a um jogo de percepções erradas ou incompatíveis encaixava a política decisória das superpotências num âmbito da psicologia social, desprovido da realidade do mundo nuclearizado e das burocracias dos tomadores de decisões políticas e militares, em que um erro virtual, por causa de, no mínimo, uma percepção errada poderia ter levado a uma catástrofe planetária. O argumento “intersistêmico” devolve a discussão teórica sobre a Guerra Fria ao paradigma de Kenneth Waltz, que não responde às perguntas sobre a natureza, as causas, as consequências do conflito e ao porquê do “fim” deste confronto.

Há uma grande disparidade entre as avaliações teóricas realistas e pluralistas quanto aos condicionantes da paz durante a Guerra Fria. Modelsky e Thompson, teóricos de longos ciclos depreciam o papel das armas nucleares e da dissuasão nuclear na manutenção da “longa paz”, em função de processos cíclicos longos e não finalizados, que incluem o fator relativamente recente de armamentos nucleares (MODELSKY e THOMPSON: 1988, p. 97-132). Outros, como John Mueller, antepõem às armas nucleares a tese de que é a obsolescência da própria noção de guerra que é responsável pela “longa paz” e não a ameaça de uso das armas nucleares, baseada

na dissuasão. Esta obsolescência tem a sua raiz na memória da Segunda Guerra Mundial, que age como prevenção da ocorrência de um terceiro conflito global (MUELLER: 1989, p. 240).

Nesta linha de pensamento não se pode excluir o consenso político idealista das superpotências em torno do apelo das Nações Unidas de “unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais” (CARTA, 2001), que favoreceu a diplomacia multilateral e contribuiu para que a Guerra Fria não se transformasse em uma nova guerra mundial, mas seguisse o caminho de soluções político-diplomáticas ou conflitos periféricos.

As “tendências” acima referidas e os aportes, que resumem algumas teses dos estudiosos neoliberais, neorrealistas e civilizacionais da Guerra Fria, foram contrastadas por inúmeros questionamentos complexos da parte de estudos pluralistas e constitutivos de relações internacionais. A que podemos atribuir a “longa paz” na Europa durante o conflito? Porque o Ocidente “venceu” na Guerra Fria se a URSS não foi derrotada num conflito armado? Porque a rivalidade armada e numerosas crises entre o Leste e o Oeste não conduziram a uma terceira Guerra Mundial? Porque a União Soviética optou por entregar o poder e fazer concessões ao Ocidente, impossíveis a imaginar umas décadas e anos atrás, sob a forma da unificação alemã e da retirada da Europa do Leste? Qual foi o papel dos indivíduos, como Mikhail Gorbachev em contraste com as forças da história nestes grandes acontecimentos? (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 798-799).

Saber se a União Soviética teria implodido por si mesma, na ausência da contenção política e militar, exercida pelo Ocidente e dirigida pelos Estados Unidos é uma questão de grande interesse, numa altura em que implicações teóricas do fim da Guerra Fria estão a ser identificadas e avaliadas (Ibid., p. 800).

K. Holsti assinala uma reviravolta nos estudos internacionais, em geral, e com relação à Guerra Fria, em particular, desde o início dos anos 80. Uma onda de estudos “emancipatórios” ou críticos do “projeto iluminista” (Richard Ashley, James Der Derian, Jim George, Robert Cox, Alexander Wendt) descobriu duas contradições teóricas. Primeira, a de que abordagens convencionais das teorias de relações internacionais estavam baseadas na epistemologia positivista que convalidava condições existentes, segundo o princípio: se o mundo é tal, ele deveria continuar como tal, ou seja, sem mudança. Segunda, a de que a interpretação do mundo, mediante teorias gerais e “metanarrativas”, escondia a realidade de fluxos, paradoxos, complexidades e contemplava o mundo unilateralmente à guisa de generalizações disciplinares ortodoxas (HOLSTI, p. 31).

As teorias constitutivas ou reflexivas propuseram a explicação da identidade social da Guerra Fria e a desconstrução do paradigma proposto pelo realismo tradicional e neorrealismo, as disciplinas rotuladas de “atrasadas” (GEORGE: 1994, p. 9-16). Segundo Alexander Wendt, a Guerra Fria era interpretada durante anos mediante a reificação, pela qual cada lado concebia o conflito como causado pela natureza agressiva do Outro e não do Eu. O “novo pensamento” do regime soviético, a conscientização de que foi o próprio comportamento da União Soviética que contribuiu para sustentar a Guerra Fria, levou os dois blocos encontrarem uma saída do impasse comportamental (WENDT: 1998, p. 109). Escusado seria afirmar que o *mainstream* estadunidense persistiu na reificação da abordagem realista acerca da Guerra Fria, declarando a vitória do Ocidente na Guerra Fria após a União Soviética reconhecer que não houve vitoriosos no fim desta guerra.

John Lewis Gaddis, que observa que as relações internacionais não puderam explicar o fim da Guerra Fria, é contestado por teóricos críticos, como Jim George, que afirma que dentro do raciocínio realista não há explicação “racional” para a União Soviética ter aberto mão pacificamente de seu status de poder e de sua autoridade sistêmica (GEORGE: 1994, p. 6).

O construtivismo define tal paradigma explanatório da Guerra Fria, que nos permite considerar os discernimentos que foram excluídos do debate realista positivista sobre a Guerra Fria desde o seu início até o fim. O discurso da “ameaça” soviética entrou nos discursos, estadunidense e britânico, desde 1946, não porque houve uma mudança radical no comportamento soviético pós-Segunda Guerra Mundial, mas porque decisores da política nos Estados Unidos definiram uma nova linguagem, um novo roteiro para interpretar o sentido deste comportamento (Ibid., p. 84). Ambiguidades e ambivalências foram substituídas pelas certezas “fundacionalistas”, marcadas pela reificação do realismo e do anticomunismo na política externa estadunidense, que não admitia tentativas de entendimento mútuo e de negociação (Ibidem). A perspectiva *kennaniana*, construída com base na “natureza da história russa e soviética”, esta última obcecada pela insegurança, ajudou a fundar e engatilhou doutrinas da Guerra Fria, mesmo que as alegações do expansionismo comunista haviam encontrado pouca evidência (Ibid., p. 85). As administrações norte-americanas começaram a construir uma realidade “discursivamente produzida”, criando o arquétipo da Guerra Fria nas relações internacionais para o Ocidente.

Para Jim George, a incapacidade de antecipar ou de prever o fim da Guerra Fria é explicada pelo impasse da ortodoxia realista, mantida durante mais de 40 anos, em conformidade com o “Longo Telegrama”. Richard Ned Lebow ressalta que o abandono pela União Soviética da Europa Central e do Leste, nos anos 80 e 90, visto no Ocidente como uma “rendição” na Guerra Fria, foi absolutamente incompatível com a concepção realista e uma conduta que uma superpotência devesse adotar, diante do dilema de segurança (LEBOW apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF: 2003, p. 486).

Para entender os passos que explicam esta mudança paradigmática, a referência à essência da política do “novo pensamento” de Mikhail Gorbachev é mais do que cabível. Baseadas na renúncia aos preceitos da teoria leninista de imperialismo, as teses do novo governo soviético, desde 1985, de que as relações internacionais não são mais um campo de luta de classes e de que não poderá haver vencedores em um conflito nuclear, abriram caminho à “desideologização” da política externa, ao desarmamento nuclear e convencional e a um ambiente de confiabilidade nas relações com os Estados Unidos e com o Ocidente.

O embaixador americano durante a perestroika soviética Jack Matlock (p. 649) escreve:

Para entender por que a Guerra Fria terminou em 1989 em vez de 2089 e a União Soviética entrou em colapso em 1991 em vez de 2091 - e por que este último ocorreu com pouca violência no coração do império - devemos pensar sobre as decisões que as pessoas realmente tomaram. Tendências sociais e econômicas impessoais podem ter moldado o ambiente em que as decisões foram tomadas, mas foram as decisões tomadas pelos líderes políticos que determinaram o momento e o caráter dos eventos²⁵ (tradução livre).

25 To understand why the cold war ended in 1989 rather than 2089 and the Soviet Union collapsed in 1991 rather than 2091 – and why the latter occurred with little violence in the empire’s heartland – we must think about the decisions actual people made. Impersonal social and economic trends may have molded the environment in which decisions were made, but it was the decisions made by political leaders that determined the timing and the character of events.

Vendulka Kúbalkóva entende que “é bem correto dizer que Gorbachev sozinho desmantelou a estrutura da Guerra Fria” (2001, p. 140):

Minha resposta, então, à pergunta quanto ao significado do “novo pensamento” soviético e ao fim da Guerra Fria é esta: O colapso da União Soviética e a desintegração da estrutura social chamada União Soviética foram consequências não intencionais de escolhas racionais que Gorbachev fez²⁶ (Ibid., p. 141, tradução livre).

A política de Gorbachev, que visava a negociação entre as superpotências, o desarmamento voluntário pela parte soviética, o fim do bloco soviético, a democratização dentro da União Soviética, junto com a política da *détente*, que foi um formato político e um processo diplomático multilaterais, concretizados com o intuito de criar uma alternativa pacífica de segurança pluralista comum para a Europa, contribuíram para a desconstrução e a negação da Guerra Fria. Cabe reconhecer que, sem a celebração dos tratados de porte, como o Tratado soviético-americano sobre a eliminação de mísseis de alcance intermediário (1987), sem as negociações “dois mais quatro” (1989-1990), que resultaram na celebração do Tratado sobre a solução definitiva da questão alemã (1990) e na reunificação alemã, em 03 de outubro de 1990, bem como sem o Acordo soviético-americano START 1 (1991), a Guerra Fria e a depreciação de suas doutrinas não teriam acontecido tão cedo.

Conclusão

O triunfalismo do Ocidente, referente à “vitória” do Ocidente sobre a União Soviética na Guerra Fria, equivaleu à continuação dos mesmos discursos da Guerra Fria, referentes à reificação do Eu sobre Outro. Para analisar este padrão de comportamento voltaremos ao próprio fenômeno da Guerra Fria.

1. Em primeiro lugar, a Guerra Fria não foi uma guerra no sentido convencional, porque não havia sido travada em campos de batalha, mas se realizava no âmbito “ideacional”. Como escreve James Rosenau, “... a Guerra Fria não foi senão um conjunto de premissas, aceitas universalmente, que uniam os Estados Unidos e a União Soviética em uma disputa por influência e poder, hostil, competitiva e ideológica” (GOVERNANÇA, 2000: p. 28). Em segundo lugar, esta “guerra” não teve vencedores, porque ela se “finalizou” com base na estratégia cooperativista “win-win” (ganhe-ganhe). Nesta estratégia não somente as superpotências ganharam mutuamente, mas todo o mundo e todas as nações ganharam, porque o “fim” da Guerra Fria “encadeou-se com a aceleração da mundialização econômica e financeira”(LAÏDI: 2004, p. 185-186), destravou o desenvolvimento mundial e impulsionou a globalização.

Nesta análise, é indispensável ter um desdobramento entre o “fim” da Guerra Fria, por um lado, e, por outro, o fim da ideologia comunista na União Soviética e o fim da própria União Soviética, que geralmente são confundidos e acoplados em estudos teóricos de relações internacionais (Vd. HALLIDAY; HOLSTI; GEORGE). Porém, uma testemunha do fim da Guerra Fria, o então embaixador estadunidense em Moscou Jack Matlock afirma: “... o fim da Guerra Fria, o fim do comunismo como sistema de governo na URSS e o fim da própria União So-

26 My answer, then, to the question regarding the significance of Soviet “new thinking” and the end of the Cold War is this: The collapse of the Soviet Union, and the disintegration of the social structure called the Soviet Union, were unintended consequences of rational choices that Gorbachev made.

viética... Esses três eventos estavam intimamente ligados, mas são separados, tanto no tempo quanto na lógica”²⁷ (MATLOCK: 1995, p. 648, tradução livre).

Os três acontecimentos: a desintegração do bloco soviético (1990), o desmoronamento da ideologia (1985 - 1991) e a implosão da própria União Soviética (1991) aconteceram: a) depois do “fim” da Guerra Fria, reconhecida pelos Estados Unidos na cúpula soviético-americana em Malta (1989) e pela Cúpula de Paris da OSCE (1990); b) por motivos e por decisões internas, sem a necessária causalidade com o fim da Guerra Fria. Consequentemente, os atos da finalização da Guerra Fria, da extinção do partido comunista da União Soviética, em consequência do golpe contra Gorbachev, e do término da existência da URSS, aprovado pelos líderes das repúblicas soviéticas, foram decisões políticas soberanas, tomadas pelos próprios dirigentes soviéticos, sem qualquer pressão ou ditame, vindos do exterior.

Um conceito, que define melhor que qualquer outro, o “fim” da Guerra Fria, é “a paz sem vencedores”. Ele pertence a Woodrow Wilson (PRESIDENT WOODROW WILSON: 1917) e foi declarado um pouco antes que os Estados Unidos entrassem na Primeira Guerra Mundial, quando, alegadamente, ainda houvesse chances de uma finalização do conflito.

Uma vitória significaria uma paz imposta ao perdedor. ... Somente uma paz entre iguais pode durar. Apenas uma paz cujo próprio princípio é a igualdade e uma participação comum em um benefício comum²⁸ (Ibidem, tradução livre).

Resumindo, a Guerra Fria não teve vencedores ou perdedores, porque o seu “fim” trouxe benefícios para todas as partes participantes e não participantes: superpotências, aliados recíprocos, não-alinhados, os países do mundo desenvolvido e em desenvolvimento em geral. As duas décadas após o “fim” da Guerra Fria deram impulsos nunca vistos antes ao desenvolvimento econômico, industrial, comercial, tecnológico e humano, agravados assimetricamente pela globalização e pela expansão das ameaças globais.

2. Em segundo lugar, podemos afirmar que o pretense “fim” da Guerra Fria não aconteceu e a “guerra”, que havia sido proclamada como terminada, de fato não acabou. Fred Halliday escreve sobre “os negócios inacabados, herdados da Guerra Fria”, que foi um “episódio”, “uma fase do conflito” com o Ocidente (p. 59).

Enquanto da finalização da Guerra Fria e da negociação da reunificação alemã, a União Soviética, ainda apostando na possibilidade da neutralização da Alemanha e numa eventual extinção da OTAN, negociava com os líderes europeus, incluindo antigos membros do Pacto de Varsóvia, o projeto de uma confederação de Estados europeus, denominado “casa comum europeia”, que seria vinculado e concretizado no âmbito do processo de Helsinque, tornando a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia seu órgão principal (GORBACHEV, 1996; REY, 2008, p. 29). Contando com a reciprocidade da OTAN de construir uma ordem de segurança que incluísse todos os atores do processo, os países-membros do Pacto de Varsóvia declararam, em 25 de fevereiro de 1991, a extinção da aliança. Por esta razão, a União Soviética e, posteriormente, a sua sucessora, a Federação da Rússia, vieram a retirar forças armadas da

27 ... the end of the Cold War, the end of communism as a system of rule in the USSR, and the end of the Soviet Union itself These three events were intimately connected, but are separable, both in time and in logic.

28 Victory would mean peace forced upon the loser. ... Only a peace between equals can last. Only a peace the very principle of which is equality and a common participation in a common benefit.

Europa Oriental: da Checoslováquia e da Hungria, em 1990-1991, da Polônia e da Lituânia, em 1993, da Alemanha, da Estônia e da Letônia, em 1994.

Em contraste com a extinção do Tratado de Varsóvia, o único bloco dos países socialistas na Guerra Fria, não houve desmonte das instituições da Guerra Fria pelo Ocidente, tais como os blocos político-militares, como a OTAN, os tratados de segurança dos Estados Unidos com o Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas, das centenas de bases aéreas e navais estadunidenses que haviam sido instaladas para “defender o mundo livre contra a expansão comunista”. De modo contrário, começou a expansão da OTAN em direção ao Leste, estabelecendo estruturas militares não só no espaço do antigo bloco soviético (a Polônia, a Hungria, a República Checa, a Eslovênia, a Eslováquia, a Bulgária, a Romênia, a Albânia, a Croácia, o Montenegro), mas também nos países da antiga União Soviética (a Lituânia, a Letônia, a Estônia), e também parcerias com a Ucrânia, a Geórgia, a Armênia.

Os arquétipos da Guerra Fria voltaram tanto ao discurso político e diplomático, quanto à mentalidade e aos estereótipos do binômio do Eu e do Outro. Os Estados Unidos da América definiram nas suas doutrinas políticas e estratégias militares os seus “novos” principais “adversários” – a Rússia e a China²⁹ (NATIONAL: 2017, p. 2), os países que num novo mundo multipolar foram indicados como sérias ameaças à hegemonia universalista estadunidense. Junto com o Irã, um ator islâmico perturbador da “estabilidade” norte-americana do Oriente Médio, e a Coreia do Norte, um regime autoritários nuclear, a China e a Rússia entraram no rol dos vilões das relações internacionais, segundo a visão norte-americana, sem se esquecer de Cuba e da Venezuela. O importante é que as escolhas políticas estadunidenses têm sido unânimes tanto nas administrações democratas como republicanas, demonstrando a solidariedade bipartidária “universalista” no sentido de dar nomes ao(s) Inimigo(s) nesta nova etapa da Guerra Fria, novamente atribuída ao Outro.

O discurso estadunidense da nova Guerra Fria voltou a condenar o comunismo chinês, o autoritarismo expansionista russo, o radicalismo fundamentalista iraniano (POMPEO: 2020), inserindo o arquétipo ideológico na estratégia deste novíssimo confronto global.

O processo de desarmamento nuclear e convencional que caracterizou os anos da *détente*, anteriores e posteriores ao “fim” da Guerra Fria, teve uma parada e um reverso desde os anos 2000. O abandono pelo Estados Unidos dos principais tratados da *détente* – do ABM, em 2001, do TLACE, em 2011, do Tratado sobre a eliminação de mísseis de alcance intermediário, em 2019, do Tratado dos Céus Abertos, em 2020, provocando a reação recíproca da Rússia, sucessora dos tratados soviético-americanos sobre o desarmamento nuclear e convencional e sobre as medidas de confiança, refletiu o enfraquecimento do regime internacional do controle de armamentos e a crescente militarização das relações. A Rússia deu início ao programa de modernização de seus armamentos e forças armadas. A China desenvolveu e aprimorou suas forças estratégicas nucleares, espaciais e navais. Tais ações, causadas pelo esfacelamento dos mecanismos de desarmamento, de dissuasão e de controle aos armamentos, vêm colocando as relações entre grandes potências num patamar de enfrentamento, semelhante ao do auge da Guerra Fria.

29 A China e a Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses americanos, tentando erodir a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos. (tradução livre do original: “China and Russia challenge American power, influence, and interests, attempting to erode American security and prosperity”).

Philip Bobbit, ao reparar que os Estados Unidos haviam adotado três objetivos estratégicos – dissuasão, coerção e tranquilização, argumentou que, com base nas teorias de estratégia nuclear, estes objetivos seriam ultrapassados pela tecnologia, quando a dissuasão for atropelada por um golpe de retaliação; pela proliferação e pelo armamento nuclear dos países fracos, que enfrentariam potências nucleares em caso de coerção; e por a garantia tranquilizadora de um guarda-chuva nuclear com relação aos aliados ameaçados ser difícil de assegurar em condições de multipolaridade (BOBBITT, 2003, p. 9-12).

Novos domínios caracterizam a intensificação desta nova Guerra Fria, tais como comércio internacional, agravada pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, como a guerra tecnológico-informacional, em que a China tem sido acusada de uso das tecnologias para os fins de espionagem e de sabotagem no Ocidente, resultando na campanha global anti-chinesa contra a tecnologia 5G, e a Rússia tem sido “punida” mediante sanções, impostas pelos Estados Unidos pelos alegados ataques cibernéticos. Outro domínio que começa a ser atrelado à Guerra Fria é o espaço cósmico, que enfrenta a ameaça real de militarização.

Passou um quarto de século desde o “fim” da Guerra Fria para que pudéssemos constatar a eclosão de uma nova guerra fria na cena internacional. Na realidade, a Guerra Fria nunca acabou, mas apenas retornou de seu estado de hibernação, em que era ofuscada pelos desafios da globalização e das ameaças globais.

A Guerra Fria ressuscitou-se como mecanismo global de regulação de crises, com base em modelos de coerção e de dissuasão nas relações entre os Estados Unidos e outras grandes potências, sempre a um triz de um conflito armado global. A animosidade do discurso ideológico universalista dos Estados Unidos com que se enfrenta o “revisionismo” da Rússia, da China, do Irã e de outros países, que não se conformam com a política externa estadunidense, indica um retorno aos padrões de comportamento, característico para os anos 1946-1947. Porém, nesta nova fase da evolução científica e tecnológica, a coerção, a dissuasão e a tranquilização poderiam se tornar instrumentos insuficientes ou mesmo inúteis para evitar uma terceira guerra mundial.

Bibliografia:

- Aliano, Richard A. (1978) *The crime of world power: politics without government in the international system*. New York: G.P. Putnam's Sons.
- Allison, Graham T.(1999) *The Essence of Decision: explaining the Cuban Missile Crisis*. New York: Longman.
- Aron, Raymond (1948). *Le Grand Schisme*. Paris:Gallimard.
- Aron, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: UnB, IPRI.
- Arthur Schlesinger Jr.(1967)*Origins of the Cold War.Foreign Affairs* Vol. 46, No. 1 Oct., pp. 22-52
- Batistella, Dario (2003). *L'apport de Karl Deutsch à la théorie des relations internationales*. *Revue Internationale de Politique Comparée*, Vol. 10, nº 4.

- Berdiaev, Nikolai (1990). Fontes e essência do comunismo russo. Moscou: Nauka. Disponível em: [Н.А.Бердяев. Истоки и смысл русского коммунизма. ВВЕДЕНИЕ \(vehi.net\)](#)
- Billington, James (1970). The Icon and the Axe: An Interpretive History of Russian Culture. New York: Vintage Books.
- Bobbitt, Philip (2003). A guerra e a paz na história moderna: o impacto de grandes conflitos e da política da formação das nações. Rio de Janeiro: Campus.
- Bronfenbrenner, Urie. (1961) The mirror-image in Soviet-American relations: a psychologist's report. Journal of Social Issues, XVII (3), pp. 45-57.
- (The) Cambridge History of the Cold War (2010). Volume I. Origins. Ed. by Melvin Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carr, Edward Hawlett (2001). Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: UnB, IPRI.
- Danilevsky, N. Ia. (1995) Rossia i Evropa. Vzgliad na kul'turnyie i politicheskyie otnosheniia slaviánskogo mira k romano-guermánskomu (Данилевский, Н.Я.РоссияиЕвропа). Glagol, Sankt-Peterburgskii Universitet.
- David Mitrany (1966). A working peace system. Chicago: Quadrangle Books.
- Devin, Guillaume (2010). Sociologia das Relações Internacionais. Salvador: Edufba.
- Dobrynin, Anatoly (1995). In confidence: Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents (1962 – 1986). New York: Times Book, Random House.
- Dougherty, James E. & Robert L Pfaltzgraff Jr. (2003) Relações internacionais – as teorias em confronto: um estudo detalhado. Lisboa: Gradiva
- (The) Federalist No. 28, (26 December 1787). Disponível em <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-04-02-0185> Acesso em 09 de janeiro de 2021
- Gaddis, John Lewis (1989). The long peace: inquiries into the history of the Cold War. New York: Oxford University Press.
- Gaddis, John Lewis (1991). Towards the Post-Cold War World. *Foreign Affairs*, 70, (Spring).
- Gaddis, John Lewis (1992). The United States and the End of the Cold War. Implications, Reconsiderations, Provocations. N.Y., Oxford University Press.
- Gaddis, John Lewis (1997). We now know: Rethinking Cold War History. N.Y.: Oxford University Press.
- Gaddis, John Lewis (2005). Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War. New York: Oxford University Press
- Garthoff, Raymond (1994). The Great Transition: American-Soviet Relations and the End of the Cold War. Wash.: Brookings Institution.
- George, Jim (1994). Discourses of global politics: a critical (re) introduction to international relations. Lynne Rienner Publishers: Boulder (Col.)

Gorbachev, Mikhail (1996). *Memoirs*. Doubleday, New York.

Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial (2000). James N. Rosenau & Ernst-Otto Czempiel (orgs.). Brasília: UnB.

Guterres, António. Stand firm or face a new Cold War, Guterres warns Europe. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-germany-un-charlemagne-prize/stand-firm-or-face-a-new-cold-war-guterres-warns-europe-idUSKCN1T01HS> Acessado em 31 de maio de 2019.

Haas, Ernst B. *The Uniting of Europe*. London: Stanford University Press, 1958.

Haas, Ernst B. *Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization*. Stanford: Stanford University Press, 1964

Halliday, Fred (1995). The end of the Cold War and international relations: some analytic and theoretical conclusions. In: *International relations theory today*. Ed. By Ken Booth and Steve Smith. The Pennsylvania State University Press.

Hoffmann, Stanley (1977). An American Social Science: International Relations, *Daedalus*, 106 (3): 41–60.

Holsti, Kal J. (1998) Scholarship in an era of anxiety: the study of international politics during the Cold War, In: *The Eighty Years' Crisis (1919-1999)*. Ed. By Tim Dunne, Michael Cox and Ken Booth. Cambridge: Cambridge University Press.

Iákovlev, Aleksandr (2003). *Súmerki*. Moscou: Materik

International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory (1969). Edited by James N. Rosenau. New York: Free Press.

Jervis, Robert (1976). *Perception and misperception in international politics*. Princeton: Princeton University Press.

Kaplan, Morton (1957). *System and Process in International Politics*. New York: Wiley.

Kennan, George (1946). George Kennan's "Long Telegram", February 22, 1946, History and Public Policy Program Digital Archive and Record Administration, Department of State Records (Record Group 59), Central Decimal File, 1945-1949, 861.00/2-2246. Disponível em <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>

Kegley, Charles W. Jr., Raymond, Gregory A. (2012) *The Global Future. A Brief Introduction to World Politics*. 4th ed. Boston (MA): Wadsworth.

Keohane, Robert O., Nye, Joseph S. (1989) *Power and Interdependence*. 2nd edition. [New York]: Harper.

Koselleck, Reinhart (1989). Social and Conceptual History. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. Vol. 2, No. 3 (Spring), pp. 308-325

Laïdi, Zaki (2004). Cap.7. O tempo mundial. In : Smouts, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB.

Lebow, Richard Ned (1994). The long peace, the end of the Cold War, and the future of realism. *International Organisation*, 48, Spring.

Loth, Wilfried (2002). *Overcoming the Cold War: A History of Détente, 1950-1991*. New York:

Palgrave.

Loth, Wilfried and SOUTOU, George (Orgs.) (2010) *The Making of Détente: Eastern Europe and Western Europe in the Cold War, 1965-75*. New York: Routledge.

Lucas, Edward (2009). *The New Cold War. How the Kremlin Menaces both Russia and the West*. London, Oxford: Bloomsbury.

Matlock Jr., Jack F. (1995) *Autopsy on an empire. The American ambassador's account of the collapse of the Soviet Union*. New York: Random House.

Mettan, Guy (2016). *Russie-Occident. Une guerre de mil ans. La russophobie de Charlemagne à la crise ukrainienne*. Genève, Des Syrtes Eds.

Mikhail Gorbachev i guermanskiy voprós. Sb. documentov (2006). (Mikhail Gorbachev e a questão alemã. Coletânea de documentos 1986-1991. Sost., predisl. i primech. A.A. Galkina, A.S. Tcherniáeva/Gorbachev-Fond. Moscou: Izdatelstvo "Ves' Mir", 2006.

Modelsky, G. & Thompson, W.(1998)*Sea power in global politics, 1494-1993*. London: Mac-Millan.

Morgenthau, Hans J. (2003)*A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: UnB, IPRI.

Mr. X (Kennan, George F.) (1947) *The sources of Soviet conduct*. *Foreign Affairs*, XXV, No. 4, July 1947.

Mueller, John (1989). *Retreat from Doomsday: the obsolescence of major war*. New York: Basic Books.

Munhoz, Sidnei J. (2020) *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris

Munhoz, Sidnei J. (2004) *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: *O século sombrio: guerras e revoluções do século XX*. Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.). Rio de Janeiro: Elsevier.

National Security Strategy of the United States of America. December 2017. United States. White House Office. Disponível em <https://www.hsdl.org/?collection&id=4>

NSC 68. *A Report to the National Security Council "United States Objectives and Programs for National Security"*, Washington, DC, April 14, 1950

Pipes, Richard (1974). *Russia under the Old Regime*. New York: Scribner's

Pipes, Richards (1997). *Three "Whys" of the Russian Revolution*. New York: Vintage Books.

Pipes, Richard. (2002). *O comunismo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Pompeo, Mike (2020). *Communist China and the Free World's Future*. Speech. July, 23. Disponível em <https://www.state.gov/communist-china-and-the-free-worlds-future/>

President Woodrow Wilson, "Peace Without Victory" speech, January 22, 1917. 64th Cong., 23 Sess., Senate Document No. 685: "A League for Peace."

Report from the British Military leaders to Prime Minister Winston Churchill on the chances of 'Operation Unthinkable' -a surprise attack on the USSR, 22 May 1945 (Catalogue ref: CAB 120/691)Disponível em : ['Operation Unthinkable' - The National Archives](#)

- Rey, Marie-Pierre. "Gorbachev's New Thinking and Europe, 1985-1989". In: Bozo, Frédéric; Rey, Marie-Pierre; Ludlow, N. Piers; NUTI, Leopoldo (Orgs.). *Europe and the End of the Cold War. A Reappraisal*. Ed. By L., N.Y.: Routledge, 2008, p. 23-35.
- Romero, Federico. "Cold War historiography at the crossroads". *Cold War History*, 2014, Vol. 14, No. 4, p. 685-703.
- Rosecrance, Richard (1963). *Action and Reaction in International Politics*. Boston: Little, Brown.
- Schwarzenberger, Georg. (1964) *Power politics: a study of world society*. London: Stevens.
- Schweller, Randall L. (1998) *Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. New York: Columbia University Press.
- Singer, David. (ed.) (1968). *Quantitative International Politics*. New York: Free Press.
- Smoke, Richard (1987). *National Security and the Nuclear Dilemma: An introduction to the American Experience*. New York: Random House.
- Utkin, Anatóli (2005). *Mirovaia Kholódnaia Voiná (A Guerra Fria Mundial)*. Moscou: Eksmo, Algoritm.
- Valle, Alexandre Del (2003). *Guerra contra a Europa*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- Vasquez, John A. (1983) *The power of power politics: a critique*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill
- Wendt, Alexander. On constitution and causation in international relations. In: *The Eighty Years' Crisis (1919-1999)*. Ed. By Tim Dunne, Michael Cox and Ken Booth. Cambridge: Cambridge University Press
- Westad, Arne Odd. (1997) "The Fall of Détente and the Turning Tides of History". In: *The Fall of Détente. Soviet-American Relations during the Carter years*. Oslo: Scandinavian University Press.
- Yalem, Ronald (1972). Tripolarity and the international system. *Orbis* (Winter).
- Zhdanov, Andrei. Doklad A. Zhdanova. 22.09.1947. "The Zhdanov Report (22 September 1947)". Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/the_zhdanov_report_22_september_1947-en-914edbc9-abdf-48a6-9c4a-02f3d6627a24.html